

PORANTIM



EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

ANO V - nº 49

Brasília-DF, Março de 1983

Cr\$ 200,00

BOLÍVIA

Uma história das lutas indígenas

Páginas 7, 8, 9 e 10

E MAIS:

Cinta Larga

Página 3

Estradas

Páginas 4 e 5

Mário Juruna

Editorial e pág. 12



EDITORIAL

Mofo colonial

No dia 15 de março, o deputado federal Mário Juruna, índio Xavante tutelado pela numa cadeira do Congresso Nacional, até agora reservada ao clube fechado dos "civilizados". Passou com 80 mil votos e de gravata pelo vestibular civilizatório. Juruna vai sentar-se, porém, numa cadeira com mofo colonial, semelhante às poltronas da ópera de Manaus. O mofo vem de dentro e de longe. Vai além do 31 de março, além do 15 de novembro, além do 7 de setembro, além do 22 de abril.

O que caracteriza a relação povos indígenas/Estado nacional é a permanência das estruturas coloniais. Mesmo em países onde a verdade civilizada não anda fardada no verde-oliva, os povos indígenas vivem, estruturalmente, numa situação de colonialismo interno, que maniqueisticamente divide os bens e a penúria, a verdade e a desrazão, entre colonizadores e colonizados. Diante dos povos indígenas, todos os Estados nacionais são colonialistas.

A estrutura colonial do Estado nacional subjuga os povos indígenas através de uma dominação econômica e cultural. A dominação econômica se desdobra na expropriação das terras e recursos naturais dos índios, na exploração da sua mão-de-obra e do seu produto de mercado. Essa dominação econômica está local, nacional e internacionalmente conjugada. Fuzil e violência justificam e executam o saque. Cada Estado nacional tem - em épocas diferentes - sua Guatemala, onde os índios são exterminados pelo

Exército sob o pretexto de combate à subversão; sua Bolívia, onde os Quechua são explorados nas minas de prata e nas plantações de coca; sua Nicarágua, onde os Miskito são vítimas da intervenção estrangeira.

A dominação cultural visa o reconhecimento, da parte dos próprios índios, de que sua cultura é inferior e sua tecnologia inadequada para viver neste final do século XX. A dominação cultural foi, historicamente, exercida pelas Missões religiosas, que se acharam no direito de praticar sua caridade contra a vontade dos colonizados. Hoje, de um modo geral, a Missão participa do sistema educativo formal dos respectivos governos e ensina, basicamente, a superioridade do sistema do branco. Há tentativas embrionárias, por parte da Igreja, de fazer do ensino formal um instrumento de defesa e da autodeterminação dos povos indígenas. Enquanto essas tentativas são inofensivas à dicotomia colonial, contam até com uma certa colaboração dos órgãos oficiais. Quando questionam a própria estrutura colonial, face ao índio, são denunciadas como tentativas românticas, que incentivam o nativismo, ou como subversão revolucionária de inspiração marxista. Os dois procurariam dividir a unidade nacional. O que divide, porém, o Estado nacional, é a dualidade colonial de opressor/oprimido. Há um exército de mercenários que vigia essa fronteira divisória. Não foi sem razão que a Funai se tornou uma extensão do SNI, que, no dizer do seu arranhado chefe da Agên-

cia Central, general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, "dispõe de setores que tratam de assuntos psicossociais e de administração pública a conduzi-lo ao processamento de questões dessa natureza em favor das decisões governamentais". O que vale é a razão do Estado colonial.

Ao trato colonial dos povos indígenas podemos, conjuntamente, ainda acrescentar, como variante brasileira, o trato autoritário dos coronéis do regime de 64, na Funai, todos leigos em matéria de índio. O indigenismo do Estado garante, de fato, a permanência da situação colonial nas aldeias. Também a legislação indigenista, que se propõe mediar os interesses das duas partes, é expressão da relação colonial de colonizador/colonizado. Não houve nem consulta, nem participação dos povos indígenas. Esses povos indígenas se apresentam hoje internamente divididos; divididos também pela ação protecionista dos Estados nacionais e suas fronteiras; divididos por ideologias e credos diferentes. Seu futuro, porém, depende da superação da dualidade colonial e do surgimento de uma ideologia consistente que possa, na diversidade dos povos, balizar a unidade dos objetivos de uma organização estratégica para a libertação política dos sistemas coloniais.

O homem sempre pensa com a mesa, onde ele come, e com a cadeira, onde se senta. Mário Juruna não deve só cantar contra as cadeiras, como Caruso na ópera de Manaus. Deve liderar o canto geral dos povos indígenas contra todo um sistema.

PAULO SUESS

Cartas

LÍNGUAS

Vimos por meio desta comunicar às Vv.Ss. que a partir do dia 10 de março de 1983, ministraremos aulas de Tupi-Guarani, Tupinambá, Nheengatu, Aweti e Xavante, duas vezes por semana, nas terças e quintas-feiras.

A professora encarregada será a doutora Ruth Maria Fonini Monserrat, muito conhecida no meio indigenista pelo seu talento, pelas experiências de campo e pelas suas publicações, atividades e pesquisas.

Aproveitamos o ensejo para consultá-los da viabilidade de anúncio divulgativo sobre tal evento em vossa revista, por sabermos ser um meio de divulgação muito penetrante junto aos especialistas e entidades filantrópicas.

O Centro Studi Ca'Romana, entre outras atividades, também ministra aulas de Italiano, Espanhol e Alemão. Sua equipe é constituída exclusivamente de professores universitários, que lecionam nas Universidades Federal e Estadual do Rio de Janeiro, e todos eles nativos das línguas. A partir de março haverá também Curso de Francês e Inglês.

A filosofia básica do Centro Studi Ca'Romana é de constituir um centro cultural apolítico e altamente especializado, para participar do momento delicado e crítico de vida do Brasil dos nossos dias.

Aguardando um vosso pronunciamento a respeito e certos de podermos contar com vossa colaboração, firmamo-nos muito cordialmente. (Centro Studi Ca'Romana, Rio de Janeiro-RJ).

REFUGIADOS

Aproveito a oportunidade para lhes falar sobre uma observação que gostaria de fazer a respeito de um artigo sobre a situação dos refugiados guatemaltecos que foi publicado no mês de outubro/82, (PORANTIM nº 44), em que vocês solicita-

ram apoio para os mesmos.

A minha observação é a seguinte: estes pedidos de solidariedade não deveriam ser destacados no jornal? Este artigo de que falei trazia o pedido de solidariedade bem diluído dentro da matéria, o que eu acho que pode ter prejudicado enormemente possíveis auxílios dos leitores.

Sem mais, mando-lhes um grande abraço.

OBS: Nós que trabalhamos no CPV e fazemos parte do Comitê de Solidariedade à luta dos trabalhadores, enviamos para o México algumas roupas que conseguimos recolher. (Luíza Peixoto, São Paulo-SP).

NR - Agradecemos a observação, Luíza. De fato, publicamos os endereços (do México) para onde poderiam ser mandadas doações. Mas não demos destaque porque prevíamos que dificilmente alguém, individualmente, se disporia a mandar, daqui, donativos (pelo menos em espécie) para o exterior. E, naquele momento, não tínhamos à mão nenhum endereço, do Brasil, para onde canalizar as doações. Ahamos importante a formação desses Comitês de Solidariedade, que organizam a recepção e o envio de donativos para os refugiados e para os que lutam pela libertação de nossa América. PORANTIM está sempre disposto a divulgar as atividades e os endereços dos Comitês, sobretudo na época de campanhas.

APOIO

Quero parabenizá-los pela luta assumida com coragem e firmeza em favor dos irmãos indígenas e colocarme ao inteiro dispor, com o apoio, também em nome da Comunidade do Mangue, onde morarei a partir de março. (Seguem pedidos de assinaturas e de material da Semana do Índio). (Irmã Maria da Graça Braz, Joinville-SC)

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

DIRETOR: José Gomes EDITOR: Antônio Carlos Moura
CONSELHO EDITORIAL: Antônio Brand, Daniel Cabixi, Dirceu Aguirre, Egon D. Heck, João Pacheco, Modesto da Silveira, Pedro Tierra, Raimundo José Soares, Tomás Balduino
Redação: Antônio Carlos Queiroz, Paulo Sues
Diagramação: José Antônio Gomes
Administração: I. Azevedo e J. Barroncas
Composição e Impressão: Correio Braziliense
Redação e Administração: SDS, Edifício Venâncio III, sala 310, Cx. Postal 11-1159, CEP: 70.084 - Brasília-DF. Telefone: 226-1273 - Reg. nº 04. Prot. 48920, Cart. 2º Of. R.C., BSB-DF. Assinatura anual: Cr\$ 2.500; Assinatura de apoio: Cr\$ 4.000; Exterior: US\$ 25- América Latina, US\$ 40- outros países. Faça sua assinatura enviando cheque ou vale postal em nome de CIMI-PORANTIM.
PORANTIM é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que permite a reprodução de todas as suas matérias desde que citada a fonte. Solicitamos o envio de dois exemplares da publicação.
PORANTIM significa: em Sateré-Maué, remo, arma, memória.

CINTA LARGA

Limpar a área de invasores

Cerca de 200 índios da nação Cinta Larga, que vivem no município mato-grossense de Aripuanã, na região dos rios Aripuanã, Guariba e seus afluentes, estão com sua sobrevivência gravemente ameaçada pelo descaso da Funai, que não se preocupa em demarcar sua reserva e expulsar os invasores. O garimpo Ouro Preto, controlado por uma mineradora norte-americana, em plena área indígena, é o maior foco de transmissão de doenças e vícios ao povo Cinta Larga. Três fazendas em plena atividade e quatro estradas traçadas completam o quadro de espoliação da terra desses índios.

A Área Indígena Aripuanã foi interdita pela Portaria nº 562, de 14-3-79. A interdição, que ficou apenas no papel — pois a área está toda invadida — não obedeceu sequer a critérios lógicos de delimitação. O território real dos Cinta Larga ultrapassa os limites da área interdita, que não corresponde à ocupação de fato e às necessidades de sobrevivência desse povo. A interdição deixou de fora várias aldeias e ainda abrangiu terras não utilizadas pelos índios, causando, assim, atritos tão perigosos quanto desnecessários.

Em setembro de 1981, a Equipe de Pastoral Indigenista da Prelazia de Ji-Paraná (RO), que inclui a área mato-grossense do Aripuanã, apresentou à Funai uma proposta para nova delimitação, elaborada a partir de pesquisas antropológicas, levantamentos in loco e sobrevôos na área. A proposta, que se estribou no Artigo 19 do Estatuto do Índio, definia, como objetivo, "garantir a sobrevivência física e cultural desta população Cinta Larga e respeitar seu direito histórico ao território por ela habitado". Para isso, seria necessário providenciar a "paralisação imediata das atividades do ga-

rimpo Ouro Preto" e a nova "delimitação e posterior demarcação da Área Indígena Aripuanã" (Ver mapa).

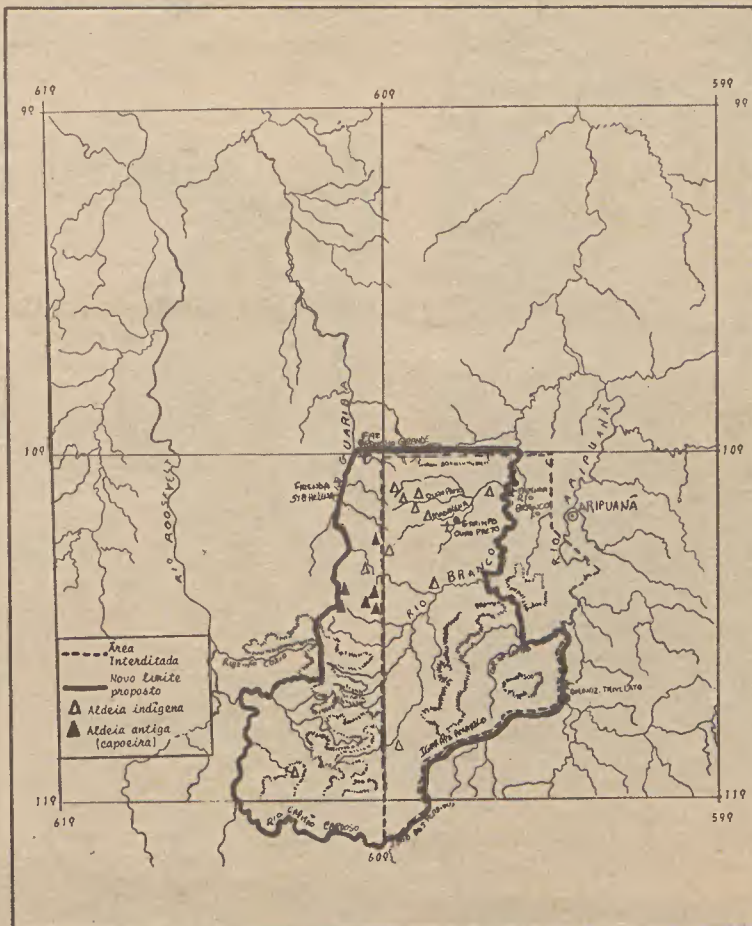
MINÉRIOS

O garimpo de ouro na região é controlado por uma empresa de capital norte-americano, a Amcon Mining (Amcon Mineração e Exploração Ltda.), que obteve uma licença de pesquisa para 400 mil hectares, totalmente dentro da área indígena. Duas outras firmas menores também exploram o minério na área interdita: Rondon e Emal.

Em 1978, abriu-se um garimpo próximo às aldeias do igarapé Ouro Preto, bem no centro da área interdita. Com a grande concentração de pessoas, não apenas cresceu a incidência de malária, como se instalaram, na área indígena, a violência, o alcoolismo e a prostituição.

Em abril do ano passado, o chamado Garimpo Ouro Preto foi invadido por quase uma centena de garimpeiros, que buscavam trabalho, fugindo da miséria em que se encontravam na cidade de Aripuanã. Passados 40 dias, agentes do Dops e policiais, vindos de Cuiabá, baixaram no local, a pedido da empresa "dona" do garimpo, e desencadearam uma violenta ação repressiva contra os garimpeiros, cujas armas foram apreendidas. Toda a operação foi assistida por alguns índios, espalhando-se, entre os Cinta Larga, um verdadeiro pavor de polícia.

Em janeiro último, a Amcon arrendou o garimpo para um outro grupo, que levou para lá mais garimpeiros. Existem, atualmente, cerca de 200 homens trabalhando no Garimpo Ouro Preto. Recentemente, foi aberta ali uma cantina, agravando os problemas existentes no relacionamento entre os garimpeiros e os Cinta Larga.



Três fazendas invadem a área indígena e o garimpo Ouro Preto está bem no meio da terra dos Cinta Larga

FAZENDAS

A firma J. Pena Topografia invadiu a área indígena e já desmatou 500 alqueires, na perspectiva de fazer um loteamento. Três grandes fazendas — Rio Branco, Rancho Grande e Santa Helena — estão igualmente espoliando os Cinta Larga. As duas últimas têm suas sedes fora da área indígena; a sede da Rio Branco, atualmente dentro da área interdita, ficaria fora, pela nova proposta de delimitação. Isso, entretanto, não significa respeito pelo território indígena. Senão, vejamos: a Fazenda Santa Helena, do Grupo Parizotto, apesar de ter sua sede fora da

área, faz suas derrubadas dentro da área proposta, bem próximo de duas aldeias; a Rancho Grande, de João Beckman, tem seu campo de aviação dentro da área indígena; e a Rio Branco — de um grupo de 128 sócios — engloba várias aldeias, na área que pretende como sua.

DIZIMAÇÃO

Não bastassem os prejuízos materiais, culturais e morais que essas invasões têm acarretado à população Cinta Larga, existem ainda as doenças decorrentes do contágio. Nos primeiros dias de 1974, os Cinta Larga do Aripuanã tomaram a iniciativa de "pacificar" os brancos que viviam

na cidade-laboratório de Humboldt, do INPA (Instituto de Pesquisas da Amazônia) e os moradores da Vila de Aripuanã, fazendo insólitas visitas aos dois núcleos. Na segunda visita a Aripuanã, a trágica consequência: 69 índios contraíram gripe. Mais da metade da população indígena da área acabou morrendo devido às complicações dessa doença desconhecida para eles.

Essa foi, talvez, a maior mortandade entre o povo Cinta Larga, em passado recente. A História, porém, tem registros espantosos da crueldade do mal-chamado "civilizado" contra os Cinta Larga. Bastaria lembrar o Massacre do Paralelo 11, em 1963, no rio Aripuanã; outra chacina, ocorrida nas cabeceiras do Juina, em 1958 — da qual se tem o relato de uma Cinta Larga, hoje casada com um Myky do rio Cravari; e a matança, a tiros de carabina 38, de 12 índios, no início de abril de 1982, no alto rio Guariba. Este crime mais recente, conforme denunciaram vários jornais (inclusive o PORANTIM, nº 40/41, de junho/julho-82), teria sido praticado por peões da fazenda Santa Helena; ou, conforme outra versão, por garimpeiros invasores. A Funai tentou encobrir a denúncia, alegando que a informação era falsa; mas não determinou uma averiguação rigorosa. Com isso, os facinoras estão impunes, como impunes estão os mandantes do Massacre do Paralelo 11, os prósperos seringalistas Arruda e Junqueira, de Cuiabá.

Os massacres e, mais recentemente, as doenças por contágio, provocaram uma acentuada depopulação dos Cinta Larga, com a consequente desestruturação social. Este ano, entretanto, os Cinta Larga do Aripuanã voltaram a celebrar a Festa do Milho. O que — no meio de tanta amargura — representa um sinal de esperança deste povo que teima em sobreviver.



Ivar Busatto

No passado, os Cinta Larga sofreram terríveis massacres que reduziram drasticamente a população



Inês Hargreaves

Hoje, há sinais de esperança. Mas a sobrevivência desse povo só se alcançará com a demarcação da terra

ESTRADAS

Os Arara, um povo em fuga

Treze anos passados, os 5.000 quilômetros da Transamazônica já não lembram da estrada que o general Médici anunciou como a redenção da miséria nordestina, o caminho milagroso que levaria "os homens sem terra para a terra sem homens". No Nordeste do Brasil, os homens continuam sem terra, tão flagelados pela seca e pelo latifúndio quanto em 1970. Na Amazônia, as terras continuam sem homens: as grandes fazendas abrigam apenas bois, engordados pela brachiaria e engordando seus donos nos distantes escritórios de São Paulo.

Em muitíssimos lugares, há menos homens, até. Milhares de posseiros têm sido expulsos das terras que desbravaram, enfrentando onça e malária, mata adentro. Na Transamazônica e em outras estradas abertas no calor dos "projetos-impacto", ao tempo do "Brasil Grande", colonos que o Incra instalou junto à malha viária vêm sendo desalojados pelos latifundiários que ocuparam as áreas mais para o interior e que agora, pressionando pelos fundos, chegam até a beira da rodovia.

Pior é a sorte dos 29 povos indígenas que, segundo a própria Funai, habitavam a região marcada no traçado da Transamazônica, na época de sua abertura, em 1970. Quem dá notícia desses povos? Doze deles, de acordo com a classificação do general Costa Cavalcanti, então ministro do Interior, eram "bastante agressivos".

Onde está a agressividade desses 12 povos? O que puderam suas flechas e seus machados de pedra contra os implacáveis tratores e as fulminantes moto-serras do Brasil Grande? Quantos ainda restarão?

Protagonistas desse combate desigual, cinco dezenas de sobreviventes do povo Arara renderam-se, em fevereiro de 1981, à Frente de Atração da Funai que atuava esporadicamente na região desde 1971. Cansados de fugir, cansados de ser baleados pelos invasores que chegaram com a estrada, decidiram não mais recusar os presentes deixados pelos sertanistas da Funai. Um ano depois, a gripe matou seis deles. Contra um único nascimento, nesse período, seis óbitos.

Muitos, porém, continuam vagando pelas matas, ao norte e ao sul da estrada, refratários à sedução dos facões, panelas e miçangas. Um êxodo insano, desesperado, temperado por periódicas escaramuças com caçadores, lavradores e peões, e que acabam vitimando os próprios funcionários da Funai. Nos caminhos que levam às aldeias, os sertanistas têm furado seus



A Transamazônica cortou ao meio a terra dos Arara, facilitando a entrada de pequenos e grandes invasores

pés com pontas de bambu que os Arara fincam no chão, camufladas - uma arma de defesa que os vietnamitas usaram na guerra contra os Estados Unidos.

Quantos Arara ainda conseguem manter-se isolados? Ninguém sabe. No primeiro dia deste ano, o sertanista Wellington Figueiredo contactou um novo grupo, de 13 índios, no Igarapé Penetecaua, ao norte da Transamazônica. Mas o próprio chefe da Frente da Funai, Sidney Possuelo, responsável pela atração de 1981, admitiu, em entrevista, que muitos outros grupos familiares dispersos, de dez, doze Arara, podem estar sendo dizimados, sem que a notícia transponha a barreira verde da mata.

ATAQUES E REAÇÕES

Quando, em 1970, os tratores que abriam a Transamazônica roncaram a menos de dois quilômetros da principal aldeia dos Arara, cerca de 200 índios internaram-se na mata, deixando para trás cinco grandes malocas vazias e muitas roças. Os colonos que o Incra assentou ali, nos anos seguintes, comeram muita

banana e mandioca plantada pelos Arara. Em vários outros pontos da estrada, desde

os. Muito antes da estrada, o contato com gateiros, seringueiros e outros brancos havia deixado um saldo trágico de mortes e destruição. Com eles, os Arara aprenderam a não esperar o ataque. E começaram a fustigar os adversários.

Nessa história de sangue e crueldade, há o ataque de extratores de copaíba, em 1943: dois índios mortos; a caçada, por um grupo de gateiros, em 1969, que resulta em 12 Arara abatidos a tiro e distribuição de comida envenenada para outros; e outro ataque de gateiros, no km 80, com saldo de várias mortes, em 1973. Essas, as agressões conhecidas e divulgadas.

A resposta do desespero não poderia ser outra. Na fuga sem destino, todo branco encontrado era considerado inimigo - mesmo aqueles que deixavam presentes nos tapiris armados à beira dos caminhos, junto das roças, às vezes em malocas abandonadas. Em 1976, três funcionários da CPRM (Companhia de Prospecção de Recursos Minerais) são mortos no km 130; no ano seguinte, um lavrador é morto no km 115, e um funcionário da Funai é ferido, num ataque à Frente de Atração; em 78, um índio Wai-Wai, integrante da Frente, é flechado; em 79, dois sertanistas e outro funcionário da Funai são gravemente feridos; em 80, o Posto de Vigilância, no travessão do km 120, é atacado e dois funcionários, flechados.

Como sempre acontece nas frentes pioneiras, os pequenos se exterminam enquanto os grandes assistem à guerra, de longe, manipulando os cordéis. Em 1974, além da colonização oficial que viera com a estrada, chegou a Cotrijuí - a poderosa Cooperativa Triticola de Ijuí (RS), que adquiriu 396 mil hectares, entre a Transamazônica e o Iriri, onde pretendia assentar duas mil famílias de colonos. Com certidão negativa da presença de índios, expedida pela própria Funai, a Cotrijuí começou a abrir uma estrada, no sentido Norte-Sul, a partir do km 120. De acordo com reportagem de Bitá Carneiro, no *Jornal do Brasil* (18-1-81), "orientados por interesses escusos, os próprios funcionários da Frente de Atração seriam deslocados para apoiar os trabalhos topográficos da Cotrijuí e de abertura da estrada". A reação dos Arara obrigou a Cotrijuí a refluir, atrasando o projeto. E, em 1978, a Funai publicou a Portaria nº 528, interditando a área ao sul da Transamazônica, a partir dos fundos dos lotes dos colonos assentados pelo Incra ao lado esquerdo da rodovia, até o rio Iriri (cerca de 40 km, em linha reta. Ao longo da estrada, foi interdi-

tado o trecho entre o km 80 e o km 160.

Quando Sidney Possuelo assumiu a Frente de Atração, em 1980, pediu à Presidência da Funai que interditasse outra área, ao norte da estrada, entre os km 60 e 80, igualmente além dos lotes de colonização do Incra localizados na beira da rodovia. Ali foi instalado um Posto de Atração, a partir do qual se fez o contato dos 13 índios, a 1º de janeiro último.

TRABALHO INGLÓRIO

Qual o resultado deste inglório trabalho de atração? Em que pese a generosa dedicação de um Sidney Possuelo, a atração dos Arara apressará a "limpeza da área" para as grandes empresas agropecuárias. Na reserva que for criada, os Arara que se sujeitarem ao contato estarão cercados por grandes fazendas e continuarão expostos às invasões de gateiros, seringueiros, garimpeiros, posseiros, além, é claro, das tentativas de "estacionamento" de área, por parte dos grandes empresários.

Os que tiverem a sorte de sobreviver a epidemias como a gripe de março de 82 (que os Arara atraídos por Sidney contraíram numa visita à cidade de Altamira, que o sertanista não conseguiu impedir), terão, como alternativa, integrar-se à economia regional, no último extrato, o da peonagem. Aliás, retomando o que se disse no início, a "terra sem homens" da Amazônia é, na realidade, uma terra com grandes vazios humanos e ilhas de povoamento, inchadas pelas mentiras da colonização do Incra, dos garimpos de ouro e outras ilusões da propaganda oficial. Altamira, Marabá e outros centros regionais decuplicaram, em poucos anos, sua população, que se constituiu, em grande parte, no exército de reserva para as empresas agropecuárias, as mineradoras e, mais recentemente, para as obras de infra-estrutura para essas mesmas empresas, como, por exemplo, a hidrelétrica de Tucuruí.

As hidrelétricas, aliás, serão a próxima dor de cabeça dos Arara, após o confinamento. A Eletronorte projetou várias usinas no Xingu, - Complexo Hidrelétrico Altamira - que inundarão parte da área dos Arara, obrigando-os, quase certamente, a um novo reassentamento (Ver *PO-RANTIM* nº 40/41, pág. 5). Essas usinas vão inundar igualmente trechos da Transamazônica, que terá que ser desviada, ocasionando outras incursões de tratores na área indígena, que levarão atrás de si, novamente, a procissão de invasores.



Moça Arara, após atração, em Altamira

as proximidades de Altamira até o km 120, inúmeros colonos reaproveitaram as roças dos índios.

A rodovia partiu em dois a terra dos Arara. Ao sul, até o rio Iriri, e ao norte, até o Jaraçu, o desassossego tomou conta das aldeias e provocou a diáspora.

A fuga dos Arara não era resultado de medos fantasio-

Jornal do Brasil

Renato Delaroue

Rodovias aceleraram invasão

O desesperado êxodo dos Arara é apenas uma amostra da extensão da tragédia que se abateu sobre vários povos indígenas, com a abertura da Transamazônica. Poder-se-ia lembrar, ainda, entre outros tristes casos, a dizimação dos Parakanã - possivelmente os recordistas, entre os povos indígenas no Brasil, em matéria de transferências compulsórias (Ver PORANTIM nº 40/41).

Já no início da década de 50, uma estrada (de ferro) entrou na vida dos Parakanã. Abria-se a Ferrovia do Tocantins e era preciso "pacificar" esses índios, que não aceitavam a derrubada de suas matas para a construção da linha férrea. O SPI criou, então, um posto, em 1953, reunindo 190 índios sob sua "proteção". Um ano depois, mais de 50 Parakanã havia morrido de gripe e os que sobreviveram a essa "pacificação" internaram-se novamente nas matas.

Em 1970, com a abertura da Transamazônica, foi promovida uma nova atração dos Parakanã. Outros 40 índios são vitimados pela gripe. A estrada avançava na terra dos Parakanã, que passaram a sofrer todo tipo de violência, por parte dos peões e até de funcionários da Funai. A promiscuidade do contato chegou a tal ponto que, no final de 1971, um médico constatou que, da já reduzida população Parakanã, 35 mulheres estavam infectadas por doenças venéreas. Oito delas haviam dado à luz crianças cegas. Não por acaso, dois funcionários da Funai, na área, examinados por esse médico, tinham blenorragia. Essa doença, a gripe e a disenteria, entre outras, continuaram ceifando vidas parakanã, a ponto de restarem apenas 80 indivíduos desse povo, quando o sertanista Antônio Cotrim Neto pediu demissão da Funai, em maio de 1972, "cansado de ser coveiro de índios".

O REGIME SE RECICLA

O mesmo desenvolvimentismo genocida que promoveu a abertura da Transamazônica e planeja hoje atravessar a Ilha do Bananal, acabando com o Parque Indígena do Araguaia (Ver PORANTIM nº 47/48), é responsável pela construção de outras estradas que provocaram iguais ou maiores tragédias: a BR-80, que, em 1970, seccionou o Parque do Xingu, provocando intermináveis guerras entre Txukahamãe e fazendeiros invasores; a Cuiabá-Santarém (BR-165), aberta em 1971, que resultou na morte, entre 1973 e 1974, de quase 80% dos recém-atruidos Kren-Akarore; a Perimetral Norte (BR-210), que levou mineradoras, garimpeiros e sarampo para os Yanomami; a Manaus-Caracarái (BR-174),

cujas aberturas representou o começo do fim dos Waimiri/Atroari; e a Cuiabá-Porto Velho (BR-364), que está sendo asfaltada, com dinheiro do Banco Mundial, no terreno dos Nambikwara.

Todas essas estradas foram abertas sob o signo da "integração nacional", à qual os povos indígenas deveriam ser submetidos. E - para que não parem dúvidas sobre a honestidade dos promotores dessa política - vale lembrar que o ministro dos Transportes, nos governos Costa e Silva e Médici, era o coronel Mário Andreazza, que, com a mesma desenvoltura com que ordenou o corte do Parque do Xingu e a abertura da Transamazônica, cuidou da construção da ponte Rio-Niterói, para a qual os cofres da nação desembolsaram dinheiro suficiente para se fazerem dez pontes, em vez de uma.

No atual governo, Andreazza ganhou o Ministério do Interior, ao qual estão subordinadas a Funai e a Sudam - e também o BNH, que, nos dias correntes, está sob a mira da opinião pública, graças ao escândalo da Caderneta de Poupança Delfin. Com todas essas credenciais, o ministro Andreazza apresenta-se como forte candidato à sucessão do general Figueiredo.

Andreazza não é o único exemplo de como o regime militar se recicla, trocando de roupa sem tomar banho. O ministro do Interior de Médici, general José da Costa Cavalcanti, foi premiado, no governo de Geisel, com a presidência da Eletrobrás (órgão que executa, hoje, a inundação de terras indígenas - Ver PORANTIM nº 40/41) e, posteriormente, ganhou o emprego milionário de presidente da Itaipu Binacional.

Durante a gestão de Cavalcanti no Minter, a Funai, sob a presidência do general Bandeira de Melo, distribuiu, às mancheias, certidões negativas a fazendeiros que invadiam terras indígenas. Aliás, um filho de Costa Cavalcanti foi beneficiado, como sócio da Sapé Agropecuária S.A., uma das muitas fazendas que re-

ceberam certidões negativas para se instalar na terra dos Nambikwara, atravessadas pela Cuiabá-Porto Velho.

O general Costa Cavalcanti, comme il faut, é também forte candidato à Presidência da República, para o plantão seguinte ao de Figueiredo.

Outro "reciclado" foi Eliseu Resende, presidente do DNER quando Andreazza era ministro dos Transportes (governos Costa e Silva e Médici) - e, portanto, responsável pela execução das rodovias amazônicas. No Governo Figueiredo, com Andreazza no Interior, Eliseu foi para o Ministério dos Transportes. Sua derrota nas eleições diretas para o Governo de Minas, em novembro último, tirou-no do páreo da sucessão presidencial...

Quem não quiser se sensibilizar com a tragédia dos povos indígenas no Brasil, terá pelo menos razões "econômicas" para condenar a insensatez com que se construíram as rodovias na Amazônia. Ao mesmo tempo em que os governos militares abandonaram de vez as ferrovias - meio de transporte ideal para um país de topografia plana e dimensões continentais - construindo loucamente rodovias para assegurar a expansão das multinacionais automobilísticas, o mundo foi conhecendo a crise do petróleo. Como o Brasil depende quase totalmente da importação da matéria-prima para os combustíveis, o Governo se viu obrigado a rever o Plano Rodoviário Nacional.

Assim, em 1976, quando já era público o fracasso da colonização na Transamazônica, o presidente Geisel ordenou a suspensão das obras na Perimetral Norte, outra faraônica rodovia projetada para 4.000 Km de extensão, ao longo das fronteiras setentrionais do País. A estrada, que começou a ser rasgada em 1974, já tinha, porém, produzido seus estragos: aldeias inteiras dos Yanomami reduzidas à metade da população, devido ao sarampo, à gripe e a outras doenças; e - o pior - começara a invasão irreversível das terras indíge-



Cláudio Maya/Vincent Carelli

O traçado genocida da BR-364 suscitou várias campanhas em defesa dos Nambikwara do Vale do Guaporé

nas, em Roraima, ricas em minerais.

O Território Federal de Roraima, que possui, ainda hoje, a maior concentração populacional de índios, no Brasil, foi rasgado por outra estrada, dentro do Plano de Integração Nacional: a BR-174, que ligou Manaus a Caracarái. Habitantes de uma larga extensão de terra na divisa do Amazonas com Roraima, os Waimiri/Atroari resistiram, quanto puderam, à nova estrada, que passava bem no meio de seu território. A resistência dessas nações, bem como as violências, conhecidas e ocultadas, que o Governo praticou contra eles, são contadas no importante livro-denúncia do sertanista José Porfírio de Carvalho: Waimiri/Atroari: a história que ainda não foi contada.

A "ABERTURA DEMOCRÁTICA"

A BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) é a única das estradas genocidas que foi aberta antes da Transamazônica. Em 1963, já se transitava precariamente pelo caminho aberto no cerrado inóspito e na selva, entre as capitais do Estado de Mato Grosso e do então Território de Rondônia. A partir daí, grandes grupos econômicos do Sul do País começaram a requerer e a comprar, "no mapa", todas as terras do Noroeste de Mato Grosso, inclusive o exuberante Vale do Guaporé, habitação ancestral dos Nambikwara.

Em outubro de 1968, para "limpar" o Vale do Guaporé para as fazendas, a recém-criada Funai decretou a Reserva Nambikwara, com 1 milhão de hectares... mas totalmente localizada na Chapada dos Parecis, um deserto

com 70% de terras imprecáveis, onde vivia apenas um décimo da população Nambikwara. Logo em seguida, a Funai começou a entregar às fazendas certidões negativas da presença de índios no Vale do Guaporé, processo que se acelerou com o início do Governo Médici (30-10-69), que tinha como ministro do Interior o general Costa Cavalcanti.

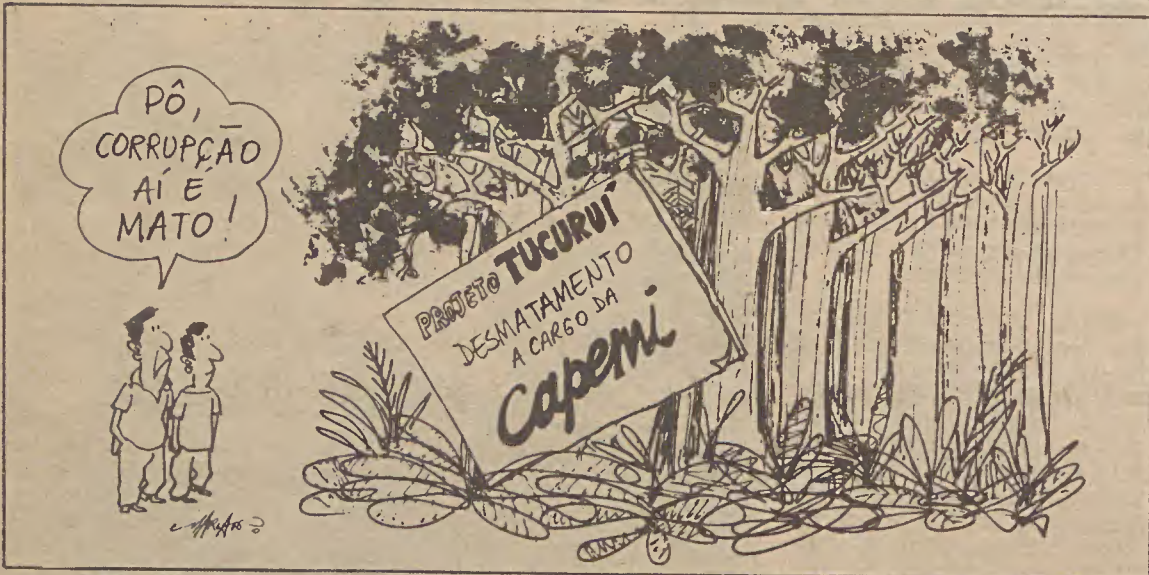
As fazendas se instalavam sem cerimônia nas terras dos Nambikwara, devastando as matas, poluindo os rios, acabando com toda possível fonte de alimentação dos índios. Famintos e depauperados, conheceram logo o sarampo. Os sobreviventes foram resgatados de helicóptero pela FAB e a Funai, no final de 1971. Haviam desaparecido todos os Nambikwara menores de 15 anos que viviam no Vale do Guaporé.

Transferidos compulsoriamente pela Funai, duas vezes, os que resistiram voltaram ao Vale, apesar das fazendas. Hoje, com a invasão consolidada, as fazendas estão prestes a conseguir o definitivo extermínio dos Nambikwara, com o desvio do traçado da rodovia, passando pela cidade de Pontes e Lacerda e rompendo, a partir daí, bem em cima das aldeias dos Nambikwara. O asfaltamento da estrada, obra considerada prioritária pelo Governo Federal, está sendo financiado pelo Banco Mundial.

Como se vê, a suposta democratização do País em nada beneficia os povos indígenas, cada vez menos respeitados em seus direitos básicos. A única "abertura" que atingiu os povos indígenas foi a abertura de estradas em suas terras. (ACM).



PESSOAS & CONFLITOS



Há algo de podre no reino da Capemi

Na edição nº 43 de PORANTIM (setembro de 1982), publicamos a nota "As facilidades e os calotes da Capemi", denunciando o prejuízo que a Caixa de Pecúlios dos Militares estava causando aos índios Parakanã, cujas terras serão inundadas pelas águas da hidrelétrica de Tucuruí. A nota informava que a Capemi havia ganhado a licitação para extrair a madeira da área em troca de uma ajuda à "caixinha" da candidatura do general Octávio Aguiar de Medeiros, chefe do SNI, à Presidência da República.

A informação foi amplamente confirmada, através da divulgação de um dos mais rocambolescos escândalos da história da ditadura militar de 1964: "o caso Baumgarten".

A HISTÓRIA

O jornalista Alexandre von Baumgarten, ex-dono da revista O Cruzeiro, foi assassinado com um tiro na cabeça em outubro do ano passado. Seu trágico fim começou quando ele fez um acordo com a Comunidade de Informações, pelo qual o SNI angariaria publicidade para O Cruzeiro, em órgãos da administração federal. Em troca, a revista publicaria matérias e artigos de propaganda do regime militar. A Capemi fundada e administrada por militares entrou no negócio através de um contrato de publicidade, no valor de Cr\$ 15 milhões. Uma cláusula do contrato previa, entretanto, a transferência da carta patente da editora à Capemi, em caso de inadimplência da revista.

O fato é que o plano não deu certo. Baumgarten acumulou um prejuízo de Cr\$ 300 milhões e em novembro de 1980 foi chamado ao escritório da Capemi. Lá, encontrou dois coronéis do SNI, que lhe pediram para passar a editora para a Capemi; caso contrário

ele correria "sério risco físico". No final de julho do ano passado, o jornalista foi atacado — sem sucesso — por um indivíduo armado com uma seringa de injeção, que, segundo Baumgarten, continha um líquido venenoso. (Durante o carnaval, alguns blocos de sujos levaram faixas com a seguinte inscrição: "SNI — Serviço Nacional de Injeções"). Finalmente, em outubro de 1982, o cadáver de Baumgarten foi dar numa praia do Rio de Janeiro com uma bala na cabeça. Mas antes disso, Baumgarten teve o cuidado de enviar 10 cópias de um dossiê contendo toda a trama em que estava envolvido, e responsabilizando os generais Octávio Medeiros e Newton Araújo e Cruz (diretor da Agência Central do SNI) pela sua morte. Foi este o dossiê publicado pela revista Veja no final de janeiro último.

MEDEIROS X GOLBERY

Segundo foi amplamente divulgado — inclusive pelo coronel-deputado Sebastião Curió, pupilo do general Octávio Medeiros — a divulgação do dossiê Baumgarten teve como alvo a candidatura presidencial do chefe do SNI. Aparentemente, uma resposta dos cabos eleitorais do ministro Mário Andreazza, cuja candidatura presidencial tinha acabado de ser bombardeada por outro escândalo: o caso das cadernetas de poupança Delfin.

Na verdade, o dossiê Baumgarten foi passado à revista Veja pelo general Golbery do Couto e Silva, interessado em minar a candidatura de Medeiros e fortalecer a do ex-governador Paulo Maluf. Segundo a estratégia do ex-ministro da Casa Civil, Maluf seria oportunamente "rifado" e então seria a hora de o verdadeiro candidato de Golbery entrar em cena: o general Costa Cavalcanti, da Itaipu Binacional.

CAPEMI + SNI + FUNAI

No meio de tanta confusão, foi possível confirmar, mais uma vez, muitas coisas das quais já se sabia. Por exemplo, a nefasta atuação do SNI em detrimento dos povos indígenas, revelada pelo próprio chefe da Agência Central do organismo, general Newton Araújo de Oliveira e Cruz, em entrevista ao Correi Braziliense de 6/2/83. Cruz confirmou que o SNI atua no Caso Pataxó-Hã-Hã-Hãe e se intromete em outras comunidades indígenas, como a dos Potiguara.

O cheiro podre do cadáver de Baumgarten misturou-se com o de outros fatos e negócios escusos, envolvendo ao mesmo tempo a Funai e a Capemi: 1) A Funai montou uma serraria industrial para explorar a madeira da área indígena Parakanã. Num processo fraudulento, a serraria foi alienada pela Capemi. Em troca do favor, a Capemi custeou todas as despesas da viagem de turismo que o ex-presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, fez à França em 1980; 2) Um outro personagem envolvido na história Baumgarten-Capemi — o coronel Gustavo de Faria (eleito deputado federal em novembro pelo bloco chaguista do PMDB do Rio de Janeiro — foi o mesmo que agenciou a escandalosa compra do prédio em que funciona a Funai, em Brasília. O prédio valia Cr\$ 45 milhões e foi comprado por Cr\$ 115 milhões. Outro negócio de Gustavo de Faria: ele fundou a Editora Guavira apenas para editar o livro "A verdade sobre o índio brasileiro" para a Funai. Pelo trabalho (10 mil exemplares) recebeu Cr\$ 60 milhões, o que torna o livro um dos mais caros da história do País: Cr\$ 6 mil (preço de custo em 1981). O livro é distribuído gratuitamente e, segundo a opinião unânime das pessoas sérias ligadas ao indigenismo, não tem nenhum valor cultural.

Promiscuidade na Casa do Índio em Rondônia

Um rumoroso caso, envolvendo funcionários da Casa do Índio em Porto Velho, tem movimentado a imprensa e a opinião pública do Estado de Rondônia. Tudo começou quando a índia Karitiana Neide Moraes, ex-atendente de enfermagem da Funai, acusou no início de janeiro, vários servidores do órgão tutor de promover orgias sexuais na Casa do Índio e nos postos indígenas. Entre outros, Neide Moraes denunciou o médico José Américo, o delegado da Funai em Rondônia, Benamour Brandão Fontes e o telegrafista Osman. Este último, segundo Neide, estuprou a índia Karitiana Mariquinha, cujo marido, Salomão, confirmou o fato.

Em resposta às acusações, o delegado Benamour Fontes publicou uma nota, afirmando que Neide Moraes quer se vingar porque "a Equipe Médica da Funai não aprovou seu estágio nas enfermarias da Casa do Índio". Entretanto, Fontes instaurou um inquérito administrativo para apurar as denúncias.

UBE

O caso se ampliou pois a presidente da União Brasileira de Escritores de Rondônia (UBE-RO), Kleón Maryan, saiu em defesa da Funai, chamando a imprensa de leviana, a índia Karitiana de "manipulada" e "semi-analfabeta" e botando a mão no fogo pelo "trabalho honesto" e a "reputação ilibada" do delegado Benamour Fontes e do médico José Américo.

A Sociedade Rondoniense de Defesa dos Direitos Humanos (SRDDH) e o Cimi-RO



Neide Moraes (Karitiana) acusa

emitiram nota oficial, criticando a presidente da UBE, por sua posição, "muito antes do inquérito esclarecer a verdade dos fatos". "Isto evidencia o seguinte: não são apenas os índios, dentro desse contexto, os manipulados, mas os que se colocam ao lado dos opressores para contribuir no extermínio cultural e étnico desses povos".

A pecha de "semi-analfabeta" imputada a Neide Moraes, a SDDRH e o Cimi responderam: "E sempre assim: querem fazer do índio um emancipado, mas quando ele começa a criar problemas à classe que detém o poder, calam-lhe a boca e dizem que não pode se expressar, porque não tem esse direito. Cabe outra indagação: alguém da UBE fala corretamente a língua Karitiana?"

Sávio Brandão volta a atacar índios de MT

O famigerado secretário do Interior e Justiça de Mato Grosso, Domingos Sávio Brandão Lima, acolitado pelo secretário da Agricultura, Rômulo Vandoni, voltou a acusar a Funai de promover uma política "indiscriminada e expansionista que está acabando com o Mato Grosso" (O Estado de S. Paulo, 18/02/83). Para evitar que os índios Xavante de Sangradouro - município de General Carneiro - recuperem as terras de seu domínio que ficaram de fora da Reserva demarcada em 1973, Sávio Brandão ameaçou acionar a Justiça contra a Funai, "caso não consiga convencer, dialogando, o presidente da Funai e, se for preciso, até mesmo o ministro do Interior". A ação judicial, segundo o próprio secretário, seria impetrada juntamente com a Associação dos Produtores Rurais do Mé-

dio Araguaia. Famoso, à maneira de Eróstrato, por qualificar o artigo 198 da Constituição Federal (sobre a inalienabilidade das terras indígenas) de "bolchevista", Sávio Brandão não se cansa de repetir sua lengalenga: "Mato Grosso não será feudo da Funai. Não deixaremos que ocorram mais desapropriações".

Em nota divulgada dia 19 de fevereiro pp., o Cimi-MT e o Centro de Documentação Terra e Índio (CDTI), de Cuiabá, criticaram Sávio Brandão e Rômulo Vandoni nos seguintes termos: "O posicionamento das autoridades mato-grossenses, cujo Estado legou para o País e para o mundo um dos maiores defensores da causa indígena - Cândido Mariano Rondon - é, a um só tempo, estupefacente, revoltante, fascista e vergonhoso".



BOLÍVIA

História das Lutas Indígenas

Herdeiro de 25 séculos de história, os povos indígenas da Bolívia resistem à exploração e à opressão desde Pizarro até García Meza

A Bolívia é o país mais indígena da América Latina. 69% da sua população é constituída por grupos étnicos autóctones, dos quais os mais importantes são os Quechua e os Aymara.

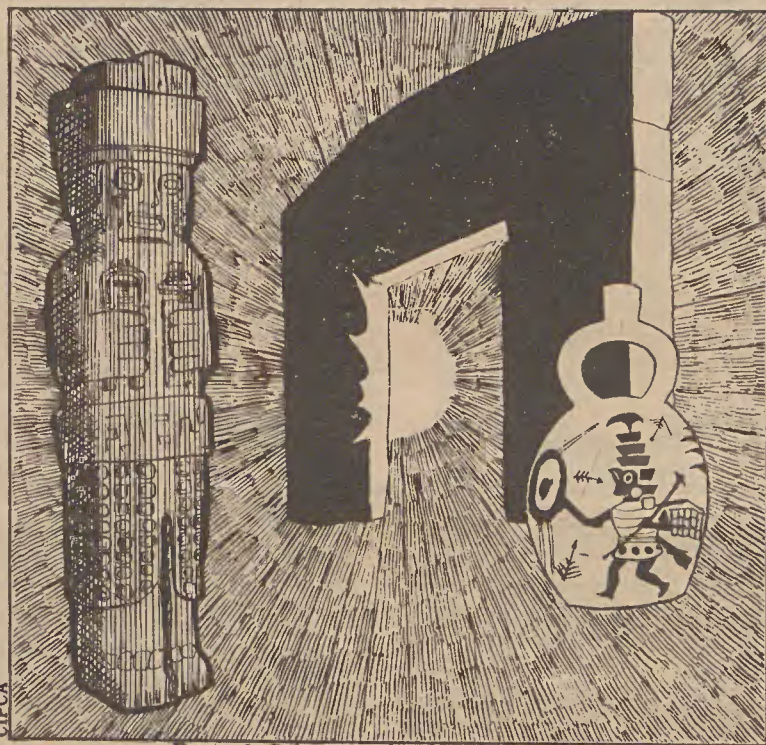
Embora o castelhano tenha aumentado a sua influência nos últimos anos, apenas 40% dos bolivianos falam esse idioma. Grosso modo, outros 35% falam o quichua, idioma dos antigos Incas, e 25% falam o aymara, língua da milenária civilização Colla. Na parte oriental e norte da Bolívia existem outros 40 grupos indígenas, a maior parte na selva amazônica e o restante no Chaco.

A Bolívia é um país de extrema miséria. Dados estatísticos mostram que apenas 34% das residências tinham energia elétrica em 1980 e apenas 21% delas dispunham de serviços sanitários.

Recordista mundial em golpes militares (212 em 158 anos de vida republicana), ao contrário do que parece a Bolívia não é despolitizada. Seu povo é bastante organizado e por isso não permite que os grupos econômicos minoritários imponham com solidez seu sistema de dominação.

Tristemente famoso por causa do narcotráfico e por causa de seus generais corruptos, este é um país que precisa ser conhecido pelos brasileiros. Afinal, o Brasil também é responsável pela miséria boliviana, impondo seus interesses de cão de guarda do imperialismo, desde 1903, através do Barão do Rio Branco. O regime militar brasileiro colaborou estreitamente com os generais bolivianos a partir de 1964.

Neste número PORANTIM oferece a seus leitores a primeira parte de uma História das Lutas Indígenas na Bolívia, que será completada no próximo mês. Nós entendemos que a Bolívia representa uma grande esperança para os povos indígenas e para as causas populares da América Latina. (ACQ)



Porta do Sol, esplendor da cultura colla



Os Incas tinham grandes conhecimentos de Matemática e Engenharia



ARRIBA ESTABA EL INCA CON SUS PARIENTES Y LOS SACERDOTES. NO TRABAJABAN Y SOLO MANDABAN A LOS DE ABAJO.

ABAJO ESTABA EL PUEBLO QUE CON SU TRABAJO MANTENIA A LOS DE ARRIBA

O Estado Inca era dividido em duas classes

A posse do governo da Unidade Democrática Popular (UDP), dia 10 de outubro do ano passado, no Palácio Quemado, em La Paz, Bolívia, suscitou muitas esperanças. Afinal, o novo governo — integrado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNRI), pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e pelo Partido Comunista Boliviano (PCB) — pôs fim ao ciclo de ditaduras militares iniciado em 1964, com o golpe do general René Barrientos. Além disso, o novo presidente da República, Hernán Siles Zuazo, veterano lutador das causas democráticas, goza da simpatia da maioria da Nação por ter sido um dos principais inspiradores da Reforma Agrária de 1953. (Zuazo havia ganhado as últimas eleições presidenciais, realizadas em junho de 1980, mas foi impedido de tomar posse pelos golpistas liderados pelo general Luís García Meza).

Fica no ar uma interrogação: o que fará o novo Governo para resolver os problemas dos povos indígenas? A pergunta, formulada por um brasileiro, talvez soasse estranha para um habitante do altiplano boliviano. É que na Bolívia a questão étnica não se coloca como no Brasil: lá os povos indígenas, que constituem a imensa maioria da população (69%), participam da vida nacional não apenas como etnias oprimidas, mas também como classes dominadas. O índio — com exceção dos grupos isolados da Selva — existe como “campeño”, “minero”, “obrero”, ou qualquer outra função econômica do sistema capitalista dependente. Em consequência, a estratégia política para o movimento indígena na Bolívia só pode ser uma: a autodeterminação dos povos indígenas naquele país só existirá simultaneamente com a libertação das classes trabalhadoras bolivianas.

TIERRA DE DOLOR

A história dos povos indígenas na Bolívia é a história da própria Bolívia. São 450 anos de massacres, exploração e opressão, impostos, primeiro pelos colonizadores espanhóis, em seguida pelas oligarquias criollas, mais recentemente pelas ditaduras militares. Resultado disso é que a maioria da população deste

país de 6 milhões de habitantes, pródigo em riquezas naturais, vive em extrema pobreza. Sua renda per capita não passava de US\$ 427 em 1979 (a renda per capita do Brasil, em 1981, era de US\$ 2.335, e a da Bulgária, em 1978, era de US\$ 3.210). A taxa de mortalidade infantil é de 130 por 1.000 crianças nascidas vivas (157 por 1.000 no Brasil e 22 por 1.000 na Bulgária) e a expectativa de vida do boliviano é de 49,6 anos (1980) ao nascer (61 anos no Brasil (1982) e 71 anos na Bulgária) (1978).

TIERRA DE ESPERANZA

Ilhada, porque lhe roubaram o mar, retalhada, porque lhe arrancaram pedaços do território, a Bolívia é uma tierra de dolor mas, sobretudo, é uma tierra de esperanza. Em 158 anos de República, 212 golpes de Estado. Por quê? Quase sempre a resposta que se ouve é que “o povo é ignorante, despolitizado”. Porém, o contrário é que é verdadeiro. A rebeldia, a coragem e a organização do povo boliviano têm impedido que os grupos econômicos minoritários do País imponham com solidez o seu sistema de dominação.

Em sua edição de outubro/novembro de 1982, a página 17, a revista Cadernos do Terceiro Mundo conta o seguinte episódio: “O vice-presidente Paz Zamora caminhava pelas ruas de La Paz nos primeiros dias de outubro (1982) quando uma chola (NR: mestiça ou índia do Altiplano, residente na cidade e descaracterizada culturalmente) se aproximou dele: “Filhinho, nossas famílias estão com fome... As lágrimas nem chegam para encher nossas panelinhas... O que é que nós vamos fazer? Estamos pior do que na época da guerra do Chaco. Pelo amor de Deus, façam alguma coisa...”

“Eu não tive outro jeito senão responder: Mãezinha, tenha confiança nos filhos desta pátria”, declarou o vice-presidente, pouco depois, à imprensa”

Sempre que os povos indígenas da Bolívia confiaram nos “filhos (criollos) desta pátria” tiveram os seus interesses traídos. É o que fica claro revendo a História, da Conquista, em 1532, até os nossos dias. Antes, porém, é preciso rever a pré-história.



O TIAHUANACO

Segundo demonstram alguns estudos arqueológicos, o homem se estabeleceu no Altiplano boliviano pelo menos 5 mil anos antes de Cristo. São dessa época alguns povos caçadores e pescadores como os Murato, os Uru e os Chillahua. Alguns estudiosos, como Ibarra Grasso, propõem que a mais antiga civilização estabelecida em solo boliviano — a dos Viscachani — tem mais de 25 mil anos. Importa saber, porém, que, por volta dos anos 300 e 250 a.C., começou a se formar a civilização do Tiahuanaco ou Colla, cuja cultura dominaria extensas regiões até o ano 1200 a.C., quando o Império foi conquistado pelos Incas.

Os Colla (posteriormente chamados Aymara) eram exímios artesãos e ceramistas; praticavam uma agricultura de alto rendimento e criavam gado (lhama, alpaca e vicunha). Eles desenvolveram profundos conhecimentos de matemática e astronomia, criaram um calendário, para regular as épocas de plantio e colheita, e levantaram magníficas construções arquitetônicas.

A organização econômico-social dos Colla se baseava nos ayllus (ou hatta), que eram grupos de famílias circunscritas a um território (marca), unidos por laços de parentesco e pela propriedade comum da terra. Os ayllus eram dirigidos por um chefe (jilacata ou jilanco) ou por vários, no caso da existência de uma "confederação".

Por volta do ano 800 a.C., os Colla iniciaram a expansão de seu império. Conquistaram dezenas de povos, estendendo a sua influência pela maior parte do Altiplano e dos vales da Bolívia e do Peru, alcançando o Norte da Argentina e o Sul do Equador. Depois de mais ou menos 300 anos de dominação, por motivos até agora desconhecidos, o Império Colla (Collasuyo) desmoronou-se. Sobraram alguns reinos Colla divididos (Umasuyo, Chayanta, Pacasa etc), que logo seriam conquistados pelo Império Incaico, fundado por Manco Capac no ano 1.020 d.C.

O TAWANTINSUYO

A conquista dos Incas, dirigida por Tupac Yupanqui, não foi pacífica. Os Colla (e também outros povos) opuse-



Os bolivianos têm orgulho de seus antepassados

ram tenaz resistência ao processo, promovendo inúmeras rebeliões, que eram sufocadas por repressões sangrentas. Apesar dos programas de quichuização, o idioma quichua dos Incas só conseguiu se impor a um pequeno pedaço do território colla cujos habitantes, principalmente nos arredores do Lago Titicaca e no Altiplano boliviano, conservaram o idioma aymara e os elementos fundamentais de sua cultura. Para melhor integrá-los ao novo sistema econômico, os Incas respeitaram a organização básica dos Colla (o ayllu) e utilizaram seus chefes como autoridades, para melhor assegurar a dominação (3). Como se vê, a origem dos pelegos é bem mais antiga do que se possa imaginar...

O Império Incaico — chamado Tawantinsuyo — tinha a capital localizada em Cuzco (Peru) e se estendeu por uma vasta região: Equador, Peru, Bolívia, Norte do Chile e Norte da Argentina. O Tawantinsuyo era dividido em quatro territórios administrativos: Chinchasuyo, Kuntisuyo, Antisuyo e Qullasuyo

Havia duas classes sociais no Império Incaico: o povo trabalhador (os llank'ajrunas) de um lado; e o Inca, seus parentes e funcionários, do outro. (4)

A terra era propriedade do Estado e estava dividida em três partes: uma para a produção destinada ao Estado (funcionários, exércitos); outra para as necessidades religiosas; e outra para as necessidades da comunidade. As técnicas de agricultura eram sofisticadas. Os Incas construíram eficientes sistemas de irrigação e tabuleiros de terra (andenerias) para o cultivo nas encostas dos morros

andinos. As culturas (de batata, milho, quinua) eram adubadas com guano. Previdentes, os Incas ergueram enormes silos (kolca) no pé das serras, para armazenar os alimentos, e até utilizaram um processo de desidratação da batata, para melhor conservá-la.

Admiráveis eram também as obras de engenharia e arquitetura dos Incas (estradas, aquedutos, pontes e fortalezas) e o sistema de comu-

nicação, através do correio (chasqui).

O Império Incaico era um regime despótico. Praticava, por exemplo, uma política de transferências e deportações de populações inteiras, visando a fins econômicos ou militares. Um documento existente no Arquivo Histórico de Cochabamba, datado de 1556, noticia uma interessante "reforma agrária" feita pelo penúltimo Inca, Huayna Capac, durante uma viagem de ins-



A maioria do clero também explorava os índios; mas havia exceções: las Casas, por exemplo



... NOS QUITARON LAS TIERRAS



... NOS QUITARON LA LIBERTAD



peção que ele realizou por todo o Império. Huayna Capac fez uma generosa repartição de terras na região de Cochabamba a mais de 40 nações de índios (de fala aymara), mas, em troca, a maior parte da produção era destinada a Cuzco. Os Caranga, originários da região, foram deportados para Pocona e Montepuco, por dois motivos: primeiro, para "evitar rixas" com os novos locatários; segundo, porque esses índios eram "bons de guerra": Pocona e Montepuco ficavam na fronteira do território dos Chiriguano (Guarani), respeitáveis inimigos dos Incas... (5)

A CONQUISTA

O despotismo incaico, porém, não pode ser comparado ao sangüinário regime imposto aos povos do Tawantinsuyo pelos espanhóis, que desembarcaram no Peru por volta de 1532. Um ano depois, aproveitando-se da difícil situação política do Império, que estava em guerra civil, Francisco Pizarro assassinou o Inca Atahualpa e conquistou o Tawantinsuyo.

Os espanhóis respeitaram, em parte, os mecanismos administrativos da organização política dos Incas e reconheceram certos privilégios aos descendentes da nobreza incaica, utilizando os curacas (caciques) como intermediários seus. Também usaram, como força auxiliar contra os Incas, alguns povos insatisfeitos com a dominação quechua, como os Huanca, os Chanca e os Cañari.

Com a Conquista, mudou drasticamente o regime da propriedade da terra. Os soldados de Pizarro receberam grandes extensões fundiárias (repartimientos e encomiendas), tomadas dos

Incas ou das comunidades indígenas. Os índios eram forçados a trabalhar, em regime de escravidão juridicamente dissimulado, para os novos proprietários da terra. Nos repartimientos, os índios tinham direito a um pequeno pedaço de chão de qualidade inferior (pegujal) para a sua própria roça. Nas encomiendas — introduzidas na América pelo próprio Cristóvão Colombo —, além de trabalhar, os índios eram obrigados a pagar tributos, em espécie, ao rei da Espanha, reforçar o Exército colonial e submeter o espírito à evangelização. (6)

Havia outras formas de propriedade da terra (composições, adelantados), mas ali a exploração dos índios era tão desumana como nos repartimientos e encomiendas. Em regiões menos férteis, especialmente no Altiplano boliviano, a administração colonial deixou sobreviver, parcialmente, a organização indígena pré-colombiana do ayllu. Mas em troca desta aparente independência, os índios foram forçados a ceder seu gado, seus produtos e seus serviços aos latifundiários das redondezas

e às autoridades civis e eclesiásticas dos povoados vizinhos. (7)

AS REDUÇÕES

Na década de 1570, o vice-rei Francisco Toledo, convencido de que "de nenhum modo os índios podiam ser catequizados, doutrinados, ensinados, nem viver em ordem civil nem cristã enquanto estivessem morando como estavam, nas "dunas", quebradas, nos montes e colinas por onde estavam esparramados", decretou as leis das reduções (8). A partir de então, os índios dos ayllus foram obrigados a abandonar suas terras para viver em reduções administradas por religiosos. Desta maneira, os espanhóis asseguravam um melhor controle sobre as comunidades indígenas, facilitavam a cobrança dos impostos, a evangelização e, sobretudo, recrutavam as turmas para o trabalho sob o regime de mit'a (9).

A MIT'A

A mit'a, sistema de trabalho obrigatório por turnos, existia desde a época dos Incas, quando era utilizado em

obras de utilidade pública. Descoberta pelo arcebispo de Lima, Jerônimo de Loyasa, a mit'a foi transformada num sistema escravista de exploração da força de trabalho indígena nas minas, obras públicas e obrajes (pequenas fábricas têxteis).

Para se ter uma idéia do significado econômico da mit'a, basta dizer que, durante o período colonial, chegaram a ser exploradas 10.000 minas de ouro e prata no Peru e na Bolívia. Alguns números retratam a crua violência desse sistema: durante os 250 anos em que vigorou, a mit'a ocupou anualmente 40.000 trabalhadores na exploração das minas. De cada cinco mitayos, apenas um sobrevivia a este trabalho. Quase 9 milhões de mitayos perderam a vida nas minas nesse período, segundo calcula a historiadora Lillian Estelle Fisher. As doenças trazidas pelos espanhóis e os maus tratos infligidos aos índios nos repartimientos, nas encomiendas e nas minas reduziram a população do Império Incaico pelo menos de 11 a 5 milhões, nos primeiros 30 anos posteriores à Conquista!!! (10)

O REGIME

As massas indígenas não ficaram passivas diante da carnificina. Promoveram inúmeras revoltas contra os espanhóis, tendo ameaçado o domínio colonial durante o ciclo revolucionário de 1780-1783. Datam desta época os principais heróis do movimento indígena da Bolívia e do Peru: Tupac Amaru, os irmãos Catari e Tupac Catari (Julian Apaza).

O principal objetivo da Colônia espanhola era a extração do ouro e da prata. Para os colonizadores, a agricultura era secundária, daí a destruição do sistema econômico dos povos indígenas, forçados a trabalhar como mitayos ou yanacunas (servos nas fazendas). Mas os índios não eram explorados apenas como força de trabalho gratuita. A opressão era também étnica. Tanto que o serviço da mit'a era exclusivo dos índios e proibido por lei aos espanhóis, criollos ou mestiços. (11)

Por volta dos anos 1780/1783, o vice-reinado de Buenos Aires (criado em 1776, compreendia a Bolívia, a parte Sul do Chile, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul) - era dividido em províncias ou corregimientos governados por um corregedor. Este, auxiliado por tenentes e por caciques indígenas, exercia a justiça ordinária civil e criminal, recrutava as turmas para o serviço da mit'a e cobrava os impostos reais.

Fidalgos mercenários que demandavam às Américas para fazer fortuna rapidamente, os corregedores detinham o monopólio do comércio dos produtos importados do exterior. Esse monopólio, também chamado de repartimiento, era mais uma forma de extorsão dos índios,

através da qual os corregedores lhes vendiam quinquilharias por preços de sua veneta. (12)

Os índios se endividavam e por isso eram castigados, encarcerados, tinham os bens seqüestrados ou eram mandados para a mit'a.

Os abusos eram tantos que os corregedores acabaram se transformando no principal alvo das rebeliões indígenas.

A IGREJA

Com algumas honrosas exceções - é o caso, por exemplo, do Frei Bartolomeu de las Casas - o clero também era inimigo dos povos indígenas, suporte ideológico e um dos principais instrumentos da dominação colonial. Já no século XVI, por exemplo, a Igreja fez algumas petições em favor da difusão da língua castelhana entre os índios. Segundo o historiador católico Josep Maria Barnadas, "cabe ao clero de Charcas (Bolívia) a triste honra de haver provocado uma Real Cédula de Felipe II (1586) neste sentido". (13)

É verdade que os jesuítas - expulsos dos domínios espanhóis em 1767 por Carlos III - defenderam os índios de suas reduções da convocação para os trabalhos forçados. Mas também eles condicionaram a destruição das estruturas tradicionais políticas e sociais das comunidades nativas. As missões era inerente a exploração da força de trabalho indígena. (14)

O incrível é que até mesmo os atos de religião foram transformados em mercadoria, vendidos aos índios a pre-



BOLÍVIA

ços escorchantes. Um enterro chegou a custar 200 pesos, 10 vezes o salário anual de um trabalhador de fazenda. Os abusos chegaram a tal ponto que o Papa Paulo V baixou um decreto para eliminá-los. (15)

AS REBELIÕES

Antes de estourarem as rebeliões de 1780/1783, alguns líderes indígenas padeceram da ilusão legalista para terminar com a opressão. Foi o caso de Gabriel Condorcanqui (Tupac Amaru II) e de Tomás Catari, o cacique de Charcas (Chayanta). O primeiro enviou numerosas cartas às autoridades espanholas, reclamando da situação e o segundo chegou a caminhar 600 léguas a pé até Buenos Aires, em 1778, para se entrevistar com o vice-rei. Evidentemente, tais reclamações não surtiram nenhum efeito prático. Restou a via revolucioná-

Fênix rediviva da América

O caudilho indígena Tupac Catari (Julian Apaza), o maior símbolo da indianidade boliviana, era um filho do povo, profundo conhecedor de seus costumes e valores. Catari foi sacristão, trabalhou como mitayo numa mina de Oruro, foi padeiro e comerciante. Ele realizou inúmeras viagens pelo território aymara. Tupac Catari tinha uma inteligência sutil, era valente e brilhante estrategista militar. Durante a sua campanha foi auxiliado por sua mulher, Bartolina Sisa e por sua irmã, Gregoria Apaza, dois outros grandes símbolos do movimento indígena boliviano.

O CERCO DE LA PAZ

O grito de guerra de Tupac Catari foi lançado em março de 1781 em Sicasica, e rapidamente se espalhou pela província de Pacajes, Omasuyos, Larecaja, Chucuito, Carangas e Yungas. Dia 13 de março daquele ano, Tupac Catari, à frente

de um exército de 40 mil homens cercou La Paz, habitada na época por 20 mil pessoas. O cerco durou 184 dias. La Paz só não caiu porque os espanhóis tinham superioridade militar: eram armas de fogo contra flechas e fundas para lançar pedras e bolas de lâ embebidas em azeite ou pólvora.

La Paz foi retomada em junho pelo comandante Flores, cujas tropas desertariam logo em seguida. Um novo cerco por parte das tropas tupac-cataristas começou desta vez durando 75 dias.

Tupac Catari retirou-se com seu Exército para Peñas. Foi traído em Achacachi por um companheiro de armas, preso e condenado à morte. Seu corpo foi despedaçado por quatro cavalos, aos quais foram amarrados suas pernas e braços. Sua cabeça foi dependurada num poste em La Paz, o braço direito exposto em Ayo-Ayo, o esquerdo em Achacachi; a perna direita em Chulumani e a esquerda em Caquiaviri. Reunidos, posteriormente foram cremados. As cinzas foram jogadas ao vento.

O movimento indígena boliviano atual nasceu dessa Fênix americana. O II Congresso Internacional dos Povos Indígenas, realizado em Kiruna, Suécia, em agosto de 1977, decretou o dia 15 de novembro - data da morte de Tupac Catari - como o Dia Internacional do Índio, em homenagem ao grande líder aymara.



Tupac Catari



Mulher indígena de Tarija, Sul da Bolívia



ria. As rebeliões de 1780/1783 atingiram uma região imensa, que ia do Norte da Argentina até o Sul do Peru, com repercussões no Equador, Colômbia e Venezuela, e abalaram a dominação espanhola na América do Sul.

A revolta dirigida por Tupac Amaru — último descendente direto do Inca Manco Capac — é considerada a última tentativa de restabelecimento do Império Incaico. O movimento tupac-amarista tinha o centro de irradiação em Cuzco (Peru) e se estendeu até o Altiplano do vice-reino de Lima. Traído, Tupac Amaru foi esquartejado pelos espanhóis, junto com a sua companheira de armas Micaela Bastidas. A rebelião, porém, continuou, dirigida pelos irmãos de Tupac Amaru, Andrés e Diego.

Já o movimento de Tomás Catari e de seus irmãos Dámaso e Nicolás ocorreu na região de Potosí e Chuquisaca, Bolívia. Preso, Tomás Catari foi assassinado pelos espanhóis, que o jogaram num precipício.

TUPAC CATARI

O principal líder indígena boliviano, entretanto, foi Tupac Catari (Julián Apaza). De origem popular e aymara, Tupac Catari nasceu em Sullcavi (Ayo-Ayo), na província de Sicasica, entre La Paz e Oruro, aproximadamente em 1750. Ele é uma espécie de síntese de Tupac Amaru e Tomás Catari. Aliás, foi depois de conhecer os dois líderes que Julián Apaza adotou o nome de Tupac Catari, cujo significado é serpente soberana.

Segundo Marcelo Grondin, a rebelião de Tupac Catari pode ser qualificada como um movimento camponês indígena, radical e popular, com forte influência étnica, destinada a restabelecer a independência colla (aymara). O programa político de Tupac Catari incluía a supressão dos repartimientos e encomiendas, a devolução das terras comunitárias indígenas, uma radical transformação no Governo (Catari se auto-intitulava "vice-rei"), a expulsão dos espanhóis e o restabelecimento da língua e da cultura aymara. (16)

O levantamento tupacatarista deu-se na maior parte do território aymara (o

Altiplano boliviano), de vital importância para o governo colonial, por se encontrar enclavado entre os vice-reinos de Lima e Buenos Aires. Seu maior feito foi o cerco a La Paz, que durou 184 dias e só foi levantado por causa da superioridade militar dos espanhóis (Ver box à página 9).

Com as rebeliões de 1780/1783, estava aberto o caminho para as guerras da Independência, dirigidas pelos criollos e mestiços.

A REPÚBLICA

O advento da Independência e da República (1825) não modificou em praticamente nada o antigo sistema de exploração dos povos indígenas na Bolívia. Para eles, houve apenas a troca do colonialismo espanhol pelo colonialismo crioulo.

Em setembro de 1826, Simón Bolívar decretou uma lei — fruto das idéias libertárias da época — que derogava os serviços pessoais a título gratuito (pongueaje) e declarava todos os índios cidadãos republicanos com igualdade de direitos. Como ocorre com todas as leis baseadas apenas nas idéias, esta também não foi cumprida.

Com a República, as antigas encomiendas e as terras das comunidades indígenas foram se transformando em

haciendas. Instaura-se o poder dos latifundiários. O símbolo desta nova classe é o ditador Melgarejo, que, no final da década de 1860 reparte e vende as terras comunitárias indígenas.

Os serviços obrigatórios a título gratuito continuaram (os homens eram chamados pongos e suas mulheres, mitanis). Mas além de ser pongo nas novas haciendas, o índio foi transformado em pongo político pelo novo regime. Os partidos criollos disputam as massas indígenas. Os governos republicanos preocupam-se em integrar o índio à sociedade nacional branca e por isso fundam escolas para "educá-lo".

Também contra esse novo tipo de opressão, os povos indígenas da Bolívia opõem a mais decidida resistência, promovendo inúmeras rebeliões, greves etc. Nesta época destaca-se Wilka Zárate, um índio de Sicasica, que havia lutado ao lado dos criollos na chamada Guerra Federalista e que, em 1899, liderou uma rebelião indígena contra os brancos.

GUERRA DO CHACO

As feridas da questão indígena e da questão nacional na Bolívia ficam inteiramente expostas durante a Guerra do Chaco (1932/1935).

A descoberta de petróleo no sopé dos andes bolivianos e o conflito de interesses das companhias Esso e Shell provocam uma guerra entre a Bolívia e o Paraguai pela disputa do Chaco Boreal. Derrotada, a Bolívia perde três quartos de seu território para o Paraguai. Mais de 100 mil vidas são ceifadas dos dois lados.

Analisando o episódio, o Prof. Eduardo Bracamonte explica que pela primeira vez o índio é recrutado para defender uma nação da qual ele não se sente parte, porque dela esteve marginalizado até então. "O povo Aymara — diz Bracamonte — desce dos 4.000 metros de altitude (dos Andes) para os 200 ou 300 metros do Chaco. Todas as suas tradições e costumes não servem nas planícies do Chaco. Ele não conhece as doenças da região e não sabe como enfrentá-las; o meio geográfico é diferente. Logo o Aymara se encontra com o Quechua e os dois não podem se entender. Lá encontra também o homem da cidade (...), jovens saindo da universidade e do Exército, que não podem entender nem o Aymara, nem o Quechua. Aymara, Quechua, Hispano-Criollo, Guarani e, por último, o Camba ou o Tarijeño, que não entende a nenhum deles.

"Esta é uma nação? (...)

Podemos nos considerar nação, podemos nos considerar bolivianos, todos os que estamos defendendo isto que dizem ser a Bolívia? Isto que estou defendendo é parte do meu povo, é parte da minha tradição, é parte da minha cultura, é parte desta milenária civilização colla ou aymara? O mesmo se pergunta o Quechua". (17)



Movimento camponês

A derrota da Bolívia na Guerra do Chaco causará profundas modificações políticas no País. O índio toma consciência do que é a sociedade branca e esta se conscientiza dos problemas indígenas. Os frutos desse processo serão colhidos em 1952 e 1953, quando o índio conquista o direito de voto e é decretada a Reforma Agrária. Não seria desta vez, ainda, a sua libertação.

PRÓXIMO NÚMERO

No próximo número, PORANTIM publicará a segunda parte desta História das Lutas Indígenas na Bolívia: o significado e os efeitos da Reforma de 1952/53; o movimento camponês e operário; os golpes militares a partir de 1964 e o novo regime da Unidade Democrática Popular.

(Antônio Carlos Queiroz)

BIBLIOGRAFIA

- (1) Aragón, Mário Montaña, Panorama de las Culturas Indígenas en Bolívia, em Los Aymaras dentro de la Sociedad Boliviana, CIPCA, La Paz, 1976.
- (2) Grondin Nadón, Marcelo, Tupaj Katari y la Rebelión Campesina de 1781-1783, Ed. Indicep, Oruro, 1975.
- (3) Id.
- (4) "Nuestro Trabajo en la Historia", publicação do Centro de Investigación y Promoción del Campesinado (CIPCA), La Paz, 1980.
- (5) Repartimiento de Tierras por el Inca Huayana Capac (Testimonio de un Documento de 1556), Departamento de Arqueología da Universidade Mayor de San Simón, Cochabamba, 1971.
- (6) Grondin Nadón, Marcelo, op. cit.
- (7) Valência Vega, A., Julián Tupaj Katari, Ed. Cronos, Buenos Aires, 1950, em Grondin Nadón, Marcelo, op. cit.
- (8) Carta ao Rei, 1575, Levillier, em Das Reduções Latino-americanas às Lutas Indígenas Atuais, CEHILA, Edições Paulinas, São Paulo, 1982.
- (9) Grondin Nadón, Marcelo, op. cit.
- (10) Fisher, Lillian Estelle, The Last Inca Revolt, University of Oklahoma Press, 1966, em Grondin Nadón, op. cit.
- (11) Stavenhagen, R., Las Clases Sociales en las Sociedades Agrarias, Ed. Siglo XXI, México, 1971, em Grondin Nadón, op. cit.
- (12) Lewin, Bolesleo, Tupay Amaru el Rebelde, Ed. Claridad, Buenos Aires, 1943, em Grondin Nadón op. cit.
- (13) Keim, Heinz, La Situación Actual de las Poblaciones Indígenas en el Oriente Boliviano, em La Situación del Indígena en América del Sur, Conselho Mundial das Igrejas, Biblioteca Científica, Montevideo, 1972.
- (14) Fisher, Lillian Estelle, op. cit.
- (15) Id.
- (16) Grondin Nadón, Marcelo, op. cit.
- (17) Bracamonte, Eduardo, Relaciones de la Nación Aymara con la Comunidad Boliviana, em Los Aymaras dentro de la Sociedad Boliviana, CIPCA, La Paz, 1976.



São cinco os principais grupos étnicos indígenas na Bolívia. O Quechua, o Aymara, o Chiquitano, o Chiriguano e o Moxo.

Os Quechua (espalhados principalmente pelas regiões de Cochabamba, Potosí, Chuquisaca, Tarija e Oruro) são descendentes dos povos dominados pelo Império Incaico. Os Aymara (que habitam a região da La Paz, Potosí e Oruro) têm origem nos antigos Colla.

Os Chiquitano, cuja filiação linguística não tem classificação conhecida, localizam-se principalmente em Santa Cruz. Os Chiriguano são da etnia Guarani e habitam as regiões de Izozeño y Alba, Santa Cruz e Chuquisaca. Os Moxo, da etnia Arawak habitam no departamento de Beni. (Fontes: Heinz Keim e Javier Albó).

PÁGINA ABERTA

Espinal, três anos depois

A 22 de março de 1980, o padre jesuíta Luis Espinal era seqüestrado, torturado e assassinado na Bolívia, sua pátria de missão. Dois dias depois, em El Salvador, o arcebispo Dom Oscar Romero tombaria, igualmente sob as balas terroristas da extrema direita, enquanto celebrava a missa. Com esse testemunho final, selavam ambos seu compromisso com a luta pela libertação dos povos latino-americanos.

Luis Espinal, sacerdote espanhol, dirigia em La Paz o semanário *Aqui*. Poeta e professor, era sumamente respeitado pela sua coerência de vida e sua coragem na defesa dos oprimidos. O assassinato de Espinal ocorreu durante a confusa situação do governo de Lidia Gueller, pouco antes das eleições presidenciais de 29 de junho, vencidas pela UDP, e do golpe militar de 17 de julho, liderado pelo general García Meza. O sepultamento de Luis Espinal, a 25 de março, foi motivo de uma apoteótica manifestação que reuniu representantes de todos os setores do povo boliviano. (O Editor).

"Morir por um pueblo puede dar más carta ciudadanía de que el nacer en un pueblo"

Luis Espinal

O PORANTIM pede algumas palavras sobre Luis Espinal, neste terceiro ano de sua morte.

Luis "Lucho" Espinal, jesuíta catalão-boliviano, não necessita de que alguém fale em seu nome. Ele é sua palavra. É plenamente a "voz para gritar aquilo que outros calam", como queria.

Por isso, transcrevo-lhes este diálogo a viva voz com Lucho Espinal, a partir do poema-reflexão *Não queremos mártires*, retirado da obra *Orações a Quemarropa*, editada pelo Centro de Estudios y Publicaciones (CEP), de Lima, Peru.

Espinal nada traz do ranço fátuo dos heróis que entulham as praças e os textos escolares para o engodo das gerações futuras. Por isso, dispensa hinos e apologias.

Ele aceitará melhor a camisa do companheiro de marcha, do qual se pode rir ou discorlar.

Nesta casa dos esquecidos - América Latina - leio, antes de começar, alguns recortes de jornais e comentários daqueles dias de março de 1980:

"... O sacerdote jesuíta Luis Espinal foi vítima de um brutal assassinato protagonizado por elementos desconhecidos, entre as quatro e cinco da madrugada de ontem, tendo sido encontrado seu cadáver na zona de Chacaltaya, com várias perfurações de bala" (Presencia, 23/4/80).

"Luis Espinal Camps nasceu em Manresa - Espanha - a 4 de fevereiro de 1932 e in-

gressou na Companhia de Jesus em Veruela, onde fez seus primeiros votos a 14 de setembro de 1949. Foi ordenado padre a 29 de julho de 1962. Prosseguiu seus estudos de jornalismo em Bolonha, Itália, e finalmente se ofereceu para trabalhar na Bolívia, chegando a La Paz em 1968".

"... Manietaram-no, torturaram-no, quebraram-lhe a golpes de culatra o esterno, rebentaram-lhe os pulmões, feriram-lhe o rosto e, por fim, arremataram com 14 tiros pelas costas. Talvez depois de quatro ou cinco horas de tortura". (de um artigo de F. Agulló, SJ).

Desta forma brutal - como tantos - Lucho se incorporou à História do seu povo. O povo boliviano oprimido e tenaz além de qualquer medida humana.

Lucho Espinal cobre com seu passo a marca fulgurante deixada por outro gigante, na quebrada de Oruro, em outubro de 1967. O rastro de Ernesto Guevara, cidadão do mundo.

Falarei, falaremos dos mártires. Incluirei nesta conversa um homem que tem muito a ver com Lucho Espinal e com o tema do martírio: Pedro Casaldáliga, catalão americano como ele e, como ele, homem da palavra e da trajetória traçada irremediavelmente até o coração do povo.

Pedro está longe, não podemos hoje realizar esta conversa a três. Não faltará tempo. A palavra é sua, Lucho.

O país não carece de mártires, mas de construtores. Não queremos mártires, não rufem os tambores vazios das horas cívicas.

De acordo. Infeliz o povo que carece de mártires. No meio da morte geral que é a vida da gente, essa morte por atacado para a qual não há horas ou honras cívicas ou

coroas de flores, vivemos um tempo de mortes solitárias, dessas que fulguram durante séculos alumando caminhos.

O mártir é um personagem vistoso, demasiado emotivo; é o último refúgio para os "heróis" revolucionários, sobretudo se procedem da pequena burguesia.

Há os que entram na luta porque gostam de emoções fortes. Outros, como confessaria o Coronel Aureliano Buendía, depois de derrotado na 32ª revolução, "por vaidade

personal mesmo". Sei a quem você se dirige. Esses, quando frustrada sua tentativa de martírio, preferem tornar-se prósperos homens de negócios ...

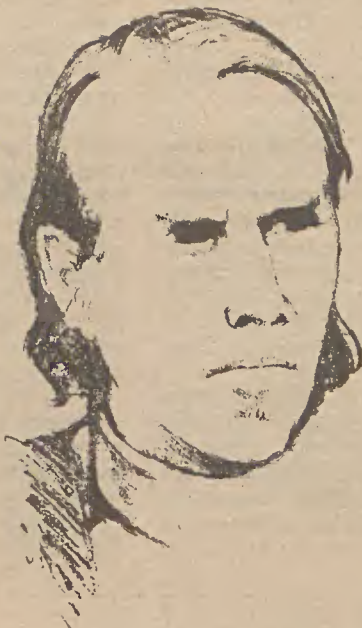
O mártir é demasiado vistoso, e os personagens vistosos não servem para o socialismo; pensam demasiado em si mesmo. O mártir é o último aventureiro; em outro século, teria sido um pirata ou um negroiro. O mártir é um individualista equivocado de lado.

O socialismo ou será obra de milhões, ou não passará de uma miragem. Por outra parte, há os que constroem metódicamente a mediocridade, elegem o cinza cor oficial e batizam sua criatura de socialismo. Não serão aqueles que pensam demasiado em si mesmos, ou os individualistas equivocados de lado, os construtores da socie-

dade nova. Mas que ela não venha sem a parcela de sonho que nos alimenta e, neste continente de pássaros e flores, não se cubra com as cinzas do incêndio da velha sociedade destruída. É preciso levantar bandeiras de sol e palmeiras e converter a marcha do povo na dança do dia da alegria.

O mártir é masoquista; se não pode vencer no triunfo, procura sobressair-se na derrota. Por isso, agrada-lhe ser incompreendido e perseguido. Necessita do torturador; e inconscientemente o cria.

Há os que, para glorificar-se, exibem as... cicatrizes. Têm algo a ver com os mendi-



Walter Solón

gos que atraem os olhos da multidão expondo suas feridas. Só se suportam vivendo na condição de vítimas. O torturador mordeu tão fundo o cerne dessas pessoas, que acabou por envenená-las, por incorporar-se a elas. Então quando cessa a perseguição, é necessário inventá-la para seguir vivendo.

O mártir não será um trouxo? Não tem a constância para viver revolucionariamente; por isso anseia morrer, na espera de converter-se em personagem de vitrina. Porque o mártir tem algo de figurão e de toureiro...

Hemingway dizia que os únicos homens a viver intensamente são os toureiros e os caçadores. Esses são os que descobrem a vida no átimo de um segundo e a sorvem no impreciso limite que a separa - ou une? - da morte. A Revolução não é uma tourada, mas em certos momentos permite a alguns se converter em personagem de vitrina. De pouco valem, no frigr dos ovos. Tem sido menor tragédia a conquista revolucionária do poder do que a manutenção revolucionária nele.

O grupo político derrotado tende à mística do martírio; procura sublimar a derrota. O povo, ao contrário, não tem vocação para mártir. Quando o povo cai no combate, o faz com simplicidade, cai sem pose, não espera converter-se em estátua.

O grupo político derrotado põe a culpa nos inimigos, eventualmente nos aliados. Encontra traidores entre eles, encontra, enfim, todas as justificativas para não se encontrar a si mesmo ou à sua incompe-

tência como o responsável pelos próprios erros. Por isso precisa de cenários, de conspirações, de traidores. Por isso, precisa de moldura e pose ao cair. O povo, no fim das contas, se ri de todos eles, mesmo depois de convertidos em estátuas.

Por isso, necessitamos dos profetas, políticos, técnicos, obreiros da revolução; não de mártires. Não dê a vida morrendo, dá a vida trabalhando. Fora com os slogans que rendem culto à morte. Alguém disse: "A carga, quem a arrasta são os bois e não as águilas". Para a revolução social, desconfiemos do entusiasmo adolescente. Os mártires são adolescentes. E há - todos sabemos - adolescentes de 50 anos de idade.

E fato. A carga, quem a arrasta são os bois. Não há, contudo, revolução sem vôos, sem a asa da águia ou dos rouxinóis. Por isso, há a necessidade dos adolescentes. Sobretudo dos adolescentes de 50 anos. Essas caldeiras vivas que o sopro do tempo não extinguiu. Que as derrotas, os erros, os

massacres, não dobraram. Não dê a vida morrendo, dá a vida trabalhando. Mas serão necessários os que darão a vida - sem pose - quando chegar a hora, para que a multidão construa pacientemente, com outro metro que não sabemos, a estatura do homem novo. Saberemos então que há a hora das águilas e a hora dos bois.

A revolução é algo demasiado sério para ser tratada num abrir e fechar de olhos. A revolução é violenta: é uma operação cirúrgica social; por isso, não se entusiasmem com o bisturi.

Não se entusiasmem com o bisturi. Sobretudo, tenham presente uma coisa: não fomos nós que o escolhemos. Não se apaixonem pelo brilho excessivo, fixem mais a carne cancerosa a ser cortada e atirada

aos cães. Terminada a cirurgia, entreguem o bisturi aos batalhões da ferrugem para que ele não se volte contra a carne do povo.

Dizem que a revolução social é leiga; se nos descuidarmos, porém, cairemos nos mitos idolátricos do culto à personalidade, ao esforço, ao melodrama... contudo, revolução e melodrama não combinam.

Contra a idolatria de qualquer tipo. Inclusive a de sacrificar gerações inteiras nos fornos da produção em nome da felicidade futura.

caro Lucho, é inevitável neste continente de lágrimas fáceis e gestos teatrais. Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, a revolução é um drama passional.

Quanto a uma boa dose de melodrama,

Porque a revolução necessita de homens lúcidos e conscientes; realistas mas com ideal. E se um dia lhes toca dar sua vida o farão com a simplicidade de quem cumpre uma tarefa a mais, e sem gestos melodramáticos.

Do lugar, e sobretudo do tempo em que me situo, posso dizer-lhe, sem bajulação ou melodrama. Você cumpriu sua tarefa. E o povo oprimido da Bolívia pode dizer-lhe muito mais. Entrega aos tribunais franceses o "Carniceiro de Lyon", Klaus Barbie - durante trinta anos, carniceiro das liberdades do povo boliviano. E como expelir um câncer instalado na carne há muitos anos. E como olhar no espelho e poder sorrir e lavar a cara e sentir-se limpo.

É como recuperar a dignidade há tanto tempo espeznhada e maculada pela brutalidade, os massacres, o roubo, a falência a que os militares submeteram o país.

Ai eu vejo teu dedo, Lucho. Teu passo ressoando na marcha de teu povo, finalmente dono das ruas. E repito contigo tua verdade: "Morir por un pueblo puede dar más carta de ciudadanía que el nacer en un pueblo". (Pedro Tierra)

"Eleito para incomodar"

O deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ) escreveu uma carta, dia 16 de janeiro passado, ao ministro da Aeronáutica, brigadeiro Délio Jardim de Mattos, em resposta à sua ordem-dia de 27 de novembro de 1982, em que criticou aos que elegeram "as tangas de um aculturado exótico", numa acintosa referência à pessoa do ex-cacique xavante. Abaixo reproduzimos a íntegra da carta de Juruna, já respondida pelo brigadeiro, que afirmou ser Juruna "um produto da democracia".

Senhor Ministro, Há três meses atrás, você se referiu à minha eleição, pondo em dúvida a responsabilidade dos que decidiram votar "nas tangas de um aculturado exótico". Passado esse tempo, de cuca fresca, resolvi escrever esta carta.

Houve uma época em que lá na minha aldeia nem tanga

eu usava, e atirava flechas inclusive nos aviões que voavam em cima de nossas aldeias. Conheci os civilizados e fui aprendendo muitas coisas. Hoje fui eleito Deputado Federal e estou pronto para assumir o meu lugar na Câmara.

Antes existia o Marechal Rondon, que dedicou sua vida em defesa dos índios e era nosso amigo. Hoje eu não posso compreender, depois de tanto tempo os generais e brigadeiros deixaram de ser nossos amigos como Rondon. Hoje são inimigos dos índios e falam mal daqueles que conseguem, assim como eu, assumir uma liderança. Será que regrediram?

Para chegar a Deputado, eu necessitei do apoio popular com mais de 80 mil votos. Eu lhe pergunto: com quantos votos o Sr. foi eleito Ministro? Gostaria de saber também se é da competência do seu mi-

nistério decidir ou opinar sobre os direitos políticos e civis dos índios.

Graças a Deus eu fui eleito com o povão e não com o apoio das autoridades.

E por falar em autoridade, que o Sr. deve ter sobre os seus subordinados, por favor, tome uma providência sobre os coronéis aviadores que se encontram na Funai, como o Leal, o Zanoni e o Barbeitas. Diga a eles que não perturbem a vida dos índios e que os respeitem como seres humanos. E que entendam que a Funai existe para defender os índios e não para perseguí-los. Assim seu interesse, tão mal gasto comigo, poderia ser de alguma utilidade.

A única coisa em que nós concordamos é que fui eleito para incomodar vocês. Fui eleito para defender o povão, para defender o povo brasileiro. Mário Juruna, Deputado Federal



Jimmy Scott

A imprensa indígena nos Estados Unidos

Um dia, talvez não muito distante, explodirá no Brasil um movimento de imprensa indígena. Jornais, revistas e - por que não? - rádios e TVs controlados, dirigidos e operados por índios, destinados, principalmente, ao público indígena. Isso, se não chega a ser uma profecia, é, ao menos, uma expectativa lógica.

Com a adoção e difusão de formas "letradas" de expressão, qualquer etnia recorre cedo às armas que a comunicação oferece, dentro do próprio processo de resistência. No mundo todo há exemplos vivos desse fenômeno.

Se algo parecido tomasse corpo agora, os chamados "resquícios" do autoritarismo, Lei de Segurança Nacional, gerais e coronéis, além dos políticos anti-índios, com certeza iriam gritar e tentar o tumulto. Imaginemos uma rádio em Campo Grande em mãos da UNI, com programas em Terena, Guarani, Kadiwéu... Um dia, os Leal e os Zanoni terão simplesmente que engolir um tal fato.

Uma imprensa indígena autônoma consolidaria, sem dúvida, a luta pela autodeterminação, que deve surgir com maior força quando for superada a fase mais crítica da luta pela demarcação das terras. A nosso ver, esse assunto deixa ainda mais clara a necessidade de o movimento indígena e os que se dizem amigos dos índios "fazerem a cabeça" dos políticos e dos partidos, em especial os que se dizem democráticos, socialistas etc. Como deputado federal, Mário Juruna será uma alavanca ainda mais poderosa do

movimento indígena, com sua privilegiadíssima inteligência e capacidade política. É possível que, no rastro dessa trilha que ele abre, já surja, ou cresça, um movimento de imprensa indígena.

LET MY PEOPLE KNOW

Essas considerações são apenas para introduzir uma breve notícia a respeito de um livro americano: *Let my people know* ("Deixe meu povo saber"). Antes de ser título de livro, essa palavra de ordem era a epígrafe do *Wassaja*, jornal indígena dos Estados Unidos, surgido em 1973 e que circula em todo o País, com tiragem superior a 80 mil exemplares (1981).

O livro, escrito por dois professores de comunicação da Universidade de Oklahoma, James e Sharon Murphy, procura mostrar o que é e como surgiu a imprensa entre os povos indígenas dos Estados Unidos. O jornalismo indígena naquele País surgiu, surpreendentemente, em 1828, com o *Cherokee Phoenix*, bilíngüe, da tribo Cherokee.

Talvez as melhores informações do livro estejam no prefácio, assinado por uma índia jornalista, aliás editora do *Wassaja*, Jeannette Henry. Eis algumas informações do prefácio:

Um sistema complexo de comunicação - diz Jeannette - cobria a maior parte da América do Norte antes do contato com os brancos. Eram trilhas, mensageiros tribais e outras formas que permitiam as comunicações. Esse sistema, entretanto, acabou destruído "pela fome de terra dos europeus, pela criação do sis-



Akwasasne Notes: publicação oficial da nação Mohawk tema de reservas indígenas e destruição dos governos e sociedades tribais"

O INÍCIO: 1828

A comunicação em forma de imprensa e jornalismo começou em 1828 com o *Cherokee Phoenix* e vem até hoje. Às vezes são meros boletins mimeografados, às vezes publicações melhores; mas sempre houve algum jornal surgindo, mesmo que para durar pouco tempo. Todos eles, diz Jeannette, "são profundamente indígenas".

Atualmente, apenas dois jornais, o *Wassaja* e o *Akwasasne Notes*, que são de circulação nacional, trazem notícias dos EUA e do mundo, mas sempre dentro de seus próprios enfoques. Todos, entretanto, trazem muitas notícias sobre esporte, seja de competições locais ou entre as tribos, que ocorrem bastante nos Estados Unidos.

A editora do *Wassaja* diz ainda que o bilingüismo está em declínio na imprensa indígena nos EUA - mas apenas na imprensa escrita; nas rádios e TVs, não.

Espera-se, contudo, que o fortalecimento do ensino das línguas indígenas possa fazer com que elas sejam mais usadas no futuro.

São mais de 200 os jornais e revistas indígenas estáveis nos EUA. O maior problema, segundo Jeannette, é o da carência de pessoal profissional - ou pelo menos, com experiência em jornalismo. Ela explica:

Pessoal jornalístico tem que ter não só uma excelente instrução em termos de humanidades, de língua inglesa, conhecimento dos princípios do jornalismo e experiência comercial, mas também deve ter conhecimento profundo da história, cultura e problemas indígenas.

Existem jornalistas não-índios participando de alguns jornais indígenas, "mas não há dúvidas de que são os próprios índios os melhores jornalistas para a imprensa indígena". O governo americano tem lançado vários programas de aprendizado em jornalismo, que, todavia, não surtiram o efeito esperado. Os jornais indígenas não podem pagar o que oferecem as empresas de comunicação para pessoal desse nível de instrução. Diante desses problemas, Jeannette lança algumas indagações:

Poderá a imprensa indígena sobreviver? Poderá contar com jornalistas e/ou radialistas, pessoal de TV, profissionais e especialistas? De onde virão os recursos para sustentar os jornais, rádios, TVs e filmes? Uma falta de realismo parece dominar os novos desbravadores, promissores e entusiastas, à medida que se lançam à conquista do mun-

do das comunicações.

JORNAIS SUBSIDIADOS

Dentre os jornais e revistas que surgem, os únicos capazes de sobreviver e crescer, hoje em dia, são aqueles publicados pelos povos mais ricos, e esses precisam ser inteiramente subsidiados (pela tribo) por pelo menos cinco anos. O *Navajo Times* é um desses jornais. A cada ano, entretanto, esse jornal é abalado por cortes no orçamento tribal e também por pressões de facções políticas reivindicando representação no jornal. Esse jornal é um dos poucos que tem seus próprios equipamentos de composição e impressão. Ele possivelmente não sobreviveria se tivesse que contratar serviços gráficos com outras firmas, pois sairia muito caro.

Os jornais indígenas - defende Jeannette - devem ser totalmente independentes; não podem aceitar recursos do Governo Federal.

Quanto à liberdade de imprensa no meio indígena, existe uma grande polêmica. Autoridades tribais alegam que os jornais são subsidiados e, por isso, têm que refletir a política daqueles que estão no poder, na tribo...

Qual será o futuro do jornalismo indígena? Ninguém se atreve a prever. Mas nós, do *Wassaja*, cujo cabeçalho proclama "Deixe meu povo saber", acreditamos piamente que, antes do final do século, os povos indígenas terão criado seu próprio sistema de comunicação, seja a imprensa, sejam os veículos audiovisuais, produzindo o que há de melhor nesses dois campos. (Eduardo Almeida)

NOTÍCIAS DA CAMINHADA

Problemas no Acre e Rondônia

O Cimi Regional da Amazônia Ocidental (Acre e Rondônia) realizou a sua VIII Assembléia entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro pp., em Porto Velho (RO). Em nota emitida ao final do encontro, o Regional estranha "o fato de a Funai não ter, até agora, nenhum plano de demarcação de terras indígenas para o Estado de Rondônia no presente ano de 83". Segundo o documento, "vários índios têm reclamado a demarcação. Há vultosos recursos do Polonoroeste. É insuportável para os índios sozinhos resistir à pressão de fora para a tomada de suas terras. A omissão neste caso é clara convivência com a próxima morte dos índios, pela perda total do chão que lhes pertence e vai sendo entregue a grupos econômicos".

O documento denuncia também que o grupo Uru-Eu-Uau-Uau, ao contrário do que festivamente anunciou a Funai, não foi "pacificado definitivamente". "Os índios, acuados pelos invasores de suas terras, continuam reagindo desesperadamente contra posseiros, garimpeiros e até mesmo contra seus irmãos de outras tribos colocados pela Funai na vanguarda de atração, como se fossem funcionários do órgão".

A situação do povo Nambikuara, afetado pela passagem da BR-364 por suas terras, é igualmente ruim. "De moradores livres e felizes do vale do Guaporé, estes índios foram rapidamente transformados em párias, mendigos e favelados dos fundos das grandes fazendas de gado", afirma a nota, comen-

tando também as dificuldades dos Kaxinawá e mencionando o caso da índia Karitiana Neide Moraes. Como se recorda, ela recentemente acusou os funcionários dos postos da Funai na região de praticarem abusos sexuais com mulheres indígenas (ver matéria a este respeito na seção Pessoas & Conflitos, na página 6).

Embora contendo denúncias desoladoras, o documento do Cimi Regional da Amazônia Ocidental termina de maneira otimista: "... nossa maior esperança e certeza vem dos próprios índios. Com efeito, eles têm revelado, por meio de ações bem claras, a sua admirável capacidade de assumir seus problemas, como sujeitos de sua história e como protagonistas de sua luta de libertação".



A UNI da Região Norte se reúne

A União das Nações Indígenas (UNI) - Região Norte vai realizar o seu I Encontro, entre os próximos dias 15 e 18 de março, em Manaus. Durante a reunião serão discutidos os seguintes pontos:

- 1) A situação concreta dos grupos indígenas da Região Amazônica;
- 2) A política indigenista do Governo e
- 3) Os canais de organização e reivindicações.

Do Encontro participarão cerca de 60 líderes indígenas, representando mais de 20 povos dos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia e dos territórios de Roraima e Amapá. Também foram convidadas lideranças indígenas do Peru, Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana, bem como observadores de organizações de apoio à causa indígena, nacionais e estrangeiras.

PACTO AMAZÔNICO

Antes da reunião de Manaus, os dois dirigentes da UNI que estão organizando o Encontro de Manaus - Alvaro Fernandes Sampaio (Tukano) e Lino Cordeiro (Miranha) - estarão participando de uma reunião para discutir o Pacto Amazônico, em Puerto Ayacucho, Venezuela, entre os dias 8 e 11 de março. Esta reunião está sendo promovida pelo presidente do Instituto Indigenista Interamericano, Oscar Arze Quintanilla.

PT é solidário com os Waimiri/Atroari

Uma moção de apoio aos índios Waimiri/ Atroari, apresentada pelo Partido dos Trabalhadores do Amazonas, foi aprovada durante a Convenção Nacional do PT, realizada dia 6 de fevereiro pp., em Brasília.

O PT solidariza-se com os Waimiri/ Atroari e com os trabalhadores rurais dos municípios de Airão, Itapiranga e Urucará, cujas terras serão inundadas pela construção da hidrelétrica de Balbina. "Afora as pessoas atingidas a curto prazo - afirma o documento - haverá também problemas ecológicos produzidos pelas inundações, como alterações de clima, enchentes e até envenenamentos, se forem utilizados desfolhantes no desmatamento".

"Assim sendo - conclui a moção - nos solidarizamos com estas populações que se encontram desprotegidas e ameaçadas de extermínio e expropriação de suas terras, e apresentamos nosso repúdio a uma política de gabinete que não inclui o povo nas discussões sobre questões prioritárias para o desenvolvimento do País".

Povos Indígenas fazem II Congresso em La Paz

O PORANTIM foi convidado pelo Conselho Executivo do CISA (Conselho Índio da América do Sul) para participar do II Congresso dos Povos e Organizações Indígenas da América do Sul, a ser realizado entre os próximos dias 6 e 13 de março, em La Paz, Bolívia. O temário do Encontro prevê seis pontos de discussão: a) Ideologia e Filosofia da Indianidade; Direitos culturais e científicos (etno-científicos); c) Direitos territoriais; d) Direitos sócio-trabalhistas e econômicos; e) Direitos jurídicos nacionais e internacionais, e f) Direitos sociais.

Na convocatória que enviou ao PORANTIM, o CISA faz a seguinte afirmação: "Aos quatrocentos e noventa anos de silenciamento, de ex-

terminio físico e cultural, de segregação racial, de exploração desumana nas minas, nos feudos, nas cidades; empurrados para a fome, a desnutrição, o analfabetismo e o alcoolismo; expulsos de nossa Mãe Terra pelos latifundiários e colonos, pelas empresas petrolíferas, madeireiras e transnacionais; encurralados em "reservas", que são verdadeiros campos de concentração; HOJE a presença de nossos povos e nações indígenas é uma realidade dentro dos contextos nacionais e internacionais, com plenos direitos à vida, à defesa e recuperação da Mãe Terra, ao desenvolvimento de nossos idiomas, religiões, costumes, formas de organização, a conhecer nossos heróis e a escrever a nossa verdadeira história".

II Encontro Ecumênico pelos Direitos Humanos

"Os povos indígenas do Brasil continuam sofrendo os efeitos da política expansionista do grande capital, sendo considerados não como seres humanos livres e dignos, mas como obstáculos a serem removidos, custe o que custar. Em função dos faraônicos projetos oficiais, as terras indígenas são loteadas e forças repressivas são utilizadas para intimidá-los. A Funai Fundação Nacional do Índio -, o Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins - e outros órgãos continuam a cumprir seu papel de agências avançadas da "integração", que nada mais é que a preparação do clima para o posterior esmagamento dos povos indígenas".

Este é um trecho do documento final aprovado no II Encontro Ecumênico de Comissões e Grupos de Direitos

Humanos do Brasil, realizado de 25 a 29 de janeiro pp., em Taboão da Serra, SP. O encontro reuniu representantes de 17 Estados do Brasil, num total de 60 entidades, entre as quais o Cimi, que foi representado pelo advogado Paulo Machado Guimarães, assessor jurídico do Secretariado Nacional.

Também a situação da América Central foi discutida no encontro. O documento final refere-se aos "iniquos níveis de violação dos direitos humanos, especialmente da gente pobre, em El Salvador, Guatemala e Honduras, pelas mesmas forças que também atuam em nosso País, quer dizer, os donos do capital e os grandes latifundiários que usam da Polícia e das Forças Armadas como seu braço estendido".

Um povo do Equador precisa do seu apoio!

O Cimi recebeu correspondência da Fundação Fernando Velasco, do Equador, clamando a uma campanha de solidariedade ao povo Chachi, cuja sobrevivência está seriamente ameaçada pela espoliação de suas terras por parte de companhias exploradoras de madeira. Embora protegidas pela "Ley de Tierras de Comunas", as terras são entregues em concessão para as madeireiras, que promovem uma devastação irracional, alterando a ecologia e causando um sem-número de problemas que se refletem nas condições de saúde e vida dos Chachi, segundo informa a Fundação

Fernando Velasco.

A campanha está sendo realizada a nível nacional e internacional. No Equador estão sendo criados comitês provinciais de apoio, que entre outras tarefas estão difundindo o audiovisual "O Mundo Chachi", além de um poster e um folheto informativo, em setores indígenas, camponeses, operários, escolares, eclesiais etc.

Os interessados em obter maiores informações, para participar desta campanha de solidariedade ao povo Chachi, devem escrever para Rina Aguirre - Fundación Fernando Velasco - Apdo. 9234-7 - Quito - Equador.

TEOLOGIA DA MISSÃO

Uma experiência luterana

Vivendo com o marido Roberto e a filha Pamalomid entre os Kulina, no Acre, a missionária Lori Altmann concluiu, no segundo semestre de 1982, seu curso de Teologia na Faculdade que a IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil - mantém em São Leopoldo, RS. Como exame de conclusão do curso, Lori preparou um trabalho intitulado "Evangelição e Povos Indígenas", onde alla à reflexão teológica sua rica experiência entre os Surui e os Kulina.

PORANTIM publica alguns trechos deste trabalho de Lori Altmann, não apenas pela contribuição que oferece ao estudo da Teologia da Missão, como, sobretudo, pelo que significa enquanto estímulo para a cooperação ecumênica entre os missionários que buscam, sinceramente, a encarnação nos povos indígenas.

Dividido em três partes, o trabalho da missionária luterana trata, inicialmente, "Da Realidade Indígena"; em seguida, "Da Evangelição"; e, finalmente, "Das Conseqüências". Os trechos selecionados e abaixo transcritos são das duas últimas partes.

Podem-se distinguir dois elementos componentes de qualquer evangelização: estar fundamentado num fato ou acontecimento, e o efeito da alegria. Na Bíblia, comunicar um evangelho era comunicar uma boa notícia.

Ora, uma mensagem só pode ser boa na medida em que é resposta aos anseios de um povo. Só pode ser boa em relação a uma expectativa. No caso de outras culturas, o Evangelho, para ser boa notícia, deveria surgir de dentro do próprio povo, em resposta aos seus anseios e necessidades, e não como algo vindo de fora. Na proclamação da boa notícia, é necessário conhecer a má notícia. Ou seja, conhecer a realidade negativa de sofrimento e de morte, de miséria e de alienação que faz com que, em contraposição, a notícia seja boa e que o povo esteja receptivo a ela.

E como se conhece essa realidade? Só se conhece uma realidade escutando o seu povo. Esse escutar não é só um ouvir individual, mas é fruto de uma convivência profunda e amistosa com o outro. (...)

As más novas para os povos indígenas, hoje, estão relacionadas à redução progressiva de suas terras e a sua conseqüente dependência econômica, a morte e a doença levadas pelo branco, a perda da dignidade e da auto-estima. A "boa-nova" para estes povos deve partir desta realidade. E, junto com o povo específico onde estamos, devemos tentar identificar os sinais de esperança, para o anúncio da "Boa-Nova" da vida em abundância.

EVANGELIZAÇÃO E TESTEMUNHO

Desde a Páscoa da Ressurreição de Cristo, a comunidade cristã continua a missão evangelizadora de Jesus, proclamando a "Boa-Nova" com sinais. Estes não são autônomos, mas recebem sua força e sentido no sinal privilegiado da Ressurreição. Estes sinais é o que chamamos de testemunho.

Os sinais, que estão ligados

à força do Evangelho, devem ser, "em primeiro lugar, iminentes ao meio, aos homens aos quais se expressam. Os sinais devem ser parte desta cultura, deste meio" (Segundo Galilea, *Evangelição na América Latina*). O testemunho inclui necessariamente a referência a uma situação concreta. O testemunho é um gesto, é uma tomada de posição e não um discurso verbal.

A dimensão do testemunho é inerente à proclamação da palavra. Num anúncio sem testemunho, a palavra perde toda a sua credibilidade. O testemunho deve ser uma postura de vida coerente com a palavra dita. (...)

No trabalho com povos indígenas, a dimensão do testemunho como *martyria* é fundamental, pois é assumir com eles a fragilidade de sua própria existência. É assumir a vulnerabilidade destas sociedades igualitárias, que são um constante questionamento para a nossa sociedade capitalista. É um povo resto de Israel, como diz a profecia, um povo "modesto e humilde" (Sf 3,11-12), mas, por isso mesmo, forte e decidido. A sua força está na própria fraqueza. Os povos indígenas são, eles próprios, sinais. Sinais de contradição. Testemunhos vivos.

EVANGELIZAÇÃO E REINO DE DEUS

Jesus Cristo não pregou a si mesmo, mas pregou o Reino. E, mais do que pregar, Ele inaugurou o Reino. Indo para a missão, o missionário deve pensar em ir à procura do Reino, em converter-se a ele, antes de pensar em converter os índios. Ali, no meio deles, a história da salvação está por ser feita, e sua tarefa é descobrir que sinais são significativos do Reino para o índio, no seu universo simbólico. (...) Evangelizar, portanto, é descobrir os sinais do Reino de Deus.

EVANGELIZAÇÃO E ENCARNAÇÃO

A figura do Jesus histórico, como ponto de partida num

contexto como o dos povos indígenas, parece muito iluminador, para a nossa prática como cristãos. O problema central é o seguimento de Jesus. A figura de um Jesus que seja na verdade Quem nos antecede e nos inspira num processo de libertação. Em relação aos povos indígenas, a história já provou que não é possível evangelizar sem uma pastoral engajada e encarnada. (...)

Encarnar-se é inserir-se no meio de um povo, com o mesmo afeto com que Jesus se uniu a um determinado povo com uma cultura específica. Ele viveu uma situação humana concreta para anunciar o Evangelho, a mensagem de Boa Nova aos homens. Mas isso, não em forma de endoutrinação, mas em ação e palavra, partilhando das esperanças de seu povo e anunciando-lhe o Reino esperado.

As palavras de Jesus apontam uma linha de ação que é depois assumida pelo apóstolo Paulo em sua estratégia de ação pastoral (I Cor 9, 19-22). Este modo de proceder, de "sendo livre, ser escravo de todos", é apropriado no anúncio de solidariedade e visa a encarnação. O Apóstolo "deixa sua pessoa, seus conceitos, sua cultura e sua origem em segundo plano, vai ao encontro das pessoas que quer alcançar com o Evangelho e se identifica com o seu modo de viver e sua maneira de ser, para, a partir e através dessa convivência, transmitir o Evangelho de Jesus Cristo" (*Missão e Evangelição*, Consulta Nacional sobre Evangelição, 1981).

EVANGELIZAÇÃO E AUTODETERMINAÇÃO

O trabalho missionário dos cristãos entre os povos indígenas tem-se caracterizado por uma intolância e um desrespeito totais à sua religião própria. (...)

A sociedade ocidental é etnocêntrica e, mais do que etnocêntrica, é etnocida. Ser etnocêntrico faz parte da essência de qualquer cultura, mas ser etnocida é uma característica das sociedades divididas. "O etnocídio é próprio de todo conjunto de sociedades que são sociedades de Estado" (Pierre Clastres, *Arqueologia da violência*). Portanto, o etnocídio é uma decisão que faz parte do projeto da classe dominante de um povo sobre outro povo. Em relação aos povos indígenas, os missionários cristãos estiveram aliados ou coniventes com este projeto etnocida, pois atacaram a alma dos povos, sua religião. Romper a força da crença indígena é destruir a própria substância da sociedade (cf. P. Clastres, *ib.*).

Etnocídio, hoje, é o projeto do governo brasileiro de inte-



Lori Altmann (com Dom Pedro Casaldáliga e o Padre Antônio Canuto)

grar compulsoriamente os indígenas à nossa sociedade. Esta proposta oficial, a nível econômico e político, encontra muitos adeptos no campo religioso. São os que acreditam e defendem a idéia de conduzir o indígena da "selvageria" à "civilização", através do caminho da "verdadeira fé". (...)

O LUGAR DE ANÚNCIO

A pastoral indigenista, pelo fato de colocar-se em posição de ouvir as outras culturas, está revolucionando, purificando toda a teologia da Igreja no Brasil e pode chegar a ter uma grande contribuição dentro da própria IECLB. Esta atitude de ir às outras culturas, disposto a ouvir também a "Boa Nova", é reconhecer que Deus usa também de outros meios para nos evangelizar, nos abrir os olhos como cristãos e como Igreja. Porque o nosso evangelho não chegou até vós tão somente em palavras, mas sobretudo em poder, no Espírito Santo" (I Tes 1,5). (...)

A FORMA DE ANÚNCIO

Em relação aos povos indígenas, o cristianismo se afirmou historicamente não só como co-participante de um imperialismo cultural, mas também como impositor de formas culturais de anúncio. O Evangelho veio vinculado a uma proclamação oral e às vezes até escrita (Bíblia), para povos nos quais a palavra possui bem outro significado e - o que é mais grave - para culturas ágrafas. (...)

Não se quer negar, de maneira alguma, a importância da Palavra. A proposta é que esta seja desdobrada em: "palavra dita", ou "que se diz"; e "palavra feita", ou

"que se faz". Jesus é essencialmente a "palavra que se faz". Ele é o testemunho vivo da salvação. É o anúncio feito ação.

POVOS INDÍGENAS - REALIDADE DE DENÚNCIA E ANÚNCIO

Os povos indígenas que ainda sobrevivem ao massacre são um sinal de contradição em nossa sociedade capitalista, um monumento subversivo que prova que é possível a existência da liberdade, de uma vida nova, sem a riqueza geradora de injustiças.

As comunidades indígenas podem ser um espelho onde a comunidade cristã identifique a contradição daquilo que prega com aquilo que vive: a fraternidade, a igualdade, a justiça, o amor. O duplo fato de regiões não evangelizadas viverem o Evangelho e de regiões evangelizadas não o conhecerem, nem viverem, deve ser motivo de questionamento sobre o que tem sido a evangelização.

As sociedades indígenas que ainda restam são realidades de denúncia e anúncio para nós cristãos. Denúncia de um sistema injusto que marginaliza a maioria da população e, junto a ela, as minorias étnicas. É anúncio de uma nova sociedade - que, para nós, cristãos, é o Reino de Deus - mais justa, mais fraterna. Sociedade esta que pode inspirar-se nos valores culturais das sociedades indígenas, em cujo meio já se encontram sinais da presença do Reino de Deus.

CONCLUSÃO

(...) A encarnação legítima tem como pré-requisito o aprendizado da língua, da cultura e do modo de vida do grupo. Sem esse aprendizado, não é possível acontecer a evangelização.

É parte componente da evangelização a solidariedade nas lutas concretas, especialmente a luta pela terra: chão cultural dos povos indígenas e condição para sua sobrevivência.

Em contraposição à palavra de dominação, a proposta hoje é a da "missão calada". É o silêncio penitencial, numa atitude de escuta e de respeito sincero, para assim dizer, dentro de um processo dialógico: por um lado, perceber os sinais de esperança no meio deles e, por outro lado, ser testemunho de esperança entre eles. (...)

A evangelização acontece no compromisso do missionário com o povo indígena específico, na sua luta pela vida, por saúde, na solidariedade com suas lutas, no acompanhamento da sua caminhada histórica - tudo isto, sabendo que Deus tem muitos meios de anúncio, que nem sempre são os nossos.

CRONOLOGIA

Deu nos Jornais

**Guarani de SP:
luta na Justiça**

Representantes da comunidade dos índios Guarani, moradores na aldeia do Rio Silveira, situada no sertão de Barra do Una, em São Sebastião, tiveram uma audiência com o juiz substituto dessa comarca - Ari Francisco Negrão - solicitando a liminar requerida na ação de manutenção de posse proposta por esta comunidade contra Armando Peralta, que abriu várias picadas em território indígena.

Os Guarani, que estão sendo defendidos pelos advogados contratados através do Centro de Trabalho Indigenista - CTI -, moram há muitos anos no Litoral Norte paulista. Segundo a educadora Maria Inês Ladeira, que coordena o Projeto Guarani, executado pela CTI, existem registros etnológicos sobre a ocupação dos Guarani nesta região, que datam de 1820. A área ocupada pelos indígenas se situa entre os rios Silveira, Una e Ribeirão Vermelho, cobrindo aproximadamente 290 alqueires. (...)

A aldeia do Rio Silveira é uma das mais antigas em todo o Estado de São Paulo, e em seu território estão enterrados três caciques que a chefiaram e vários índios que aí viveram. Nesta comunidade moraram quase todos os líderes das famílias que mais tarde formaram outras aldeias Guarani em nosso estado. Desde há cinco anos, estes índios estão sendo ameaçados de expulsão de suas terras, onde se pretende, de um lado, fazer um grande loteamento com fim de exploração turística e, de outro, desenvolver um projeto agropecuário. (A Tribuna, Santos-SP, 28/1/83).

**Kiriri sofrem
pressão, na Bahia**

Uma comissão de índios da nação Kiriri, do município baiano de Ribeira do Pombal, denunciou ontem, em Salvador, que os policiais militares que estão na reserva indígena foram subornados por fazendeiros da região para insultar os índios e criar um confronto. A comissão foi a Salvador pedir a interferência da Polícia Federal e a imediata retirada, da reserva, dos policiais militares.

Os militares ocuparam a fazenda "Picos" no dia 18 de novembro, como parte de um acordo feito entre a Funai, o

Instituto de Terras da Bahia - Iterba -, o fazendeiro Artur Miranda - que reivindica sua posse - e os índios, que dias antes haviam invadido a fazendas, situada na reserva demarcada pela Funai, em 1981. Os índios aceitaram deixar a área desde que ela não fosse utilizada também pelo fazendeiro, e para isso foi convocada uma guarnição de 15 PMs.

O acordo, no entanto, não vem sendo respeitado. Os funcionários do fazendeiro têm tido livre acesso à área, e, além disso, o prazo para que a questão fosse solucionada - 30 de dezembro - e eles assumissem o controle da fazenda, não foi respeitado. Em vez disso, os PMs, segundo os índios Carlos Batista e Daniel Patricio, passaram, a mando do fazendeiro, a insultá-los e "a fazer provocações, como invadir casas com o pretexto de procurar armas".

Na reserva Kiriri, de 12.300 hectares, demarcada pela Funai há dois anos, vivem cerca de quatro mil posseiros, que já deveriam ter sido reassentados em outra área pelo Iterba. O órgão estadual, no entanto, em vez disso, alega junto à Funai que a área demarcada está situada em local incorreto e por isso não reconhece os direitos indígenas na região. Enquanto se trava esta discussão, os dois mil sobreviventes da nação Kiriri estão encurralados pelos posseiros nas terras mais pobres da reserva, vivendo a maioria em situação de miséria, no povoado de Mirandela. (O Estado de S. Paulo, 22/1/83).

**Três povos vão
a Mário Juruna**

A ocupação de 60 hectares da área dos Bakairi por uma empresa de reflorestamento e a reconquista de Jarudori pelos Bororo são alguns dos temas que os caciques de todas as tribos indígenas do Mato Grosso vão discutir com o deputado federal Mário Juruna, eleito pelo PDT do Rio. Ontem, os Bororo, Pareci e Bakairi realizaram uma reunião preliminar em Cuiabá, de preparação ao encontro que terão com Juruna dia 18 em Barra do Garças. Deste município, os caciques seguirão para Brasília, onde farão uma assembléia geral para discutir seus problemas.

A solução para o problema da terra deve ser, na opinião dos caciques dessas três tribos, o tema central das reuniões. Para Dilson Zoquezo-maé, representante dos Pareci, de nada adianta discutir b' desenvolvimento econômico, a saúde e a educa-

ção, assuntos importantes para os índios, se eles não conseguirem a demarcação de suas terras a ocupação das que se encontram invadidas atualmente.

E eles estão confiantes na força que terão a partir de agora, unidos e com um representante no parlamento. Lembrando que foi muito difícil locomover-se até Cuiabá, o cacique Bakairi, Odel Apacano, disse que eles só aceitaram a reunião porque "pensaram bem" no fato de Juruna ter sido o único índio a chegar a este cargo. "Antes, ele só lutava pelos Xavante. Agora, estamos dispostos a dar nosso apoio a ele e, ao mesmo tempo, cobrar o que prometeu antes das eleições. Juruna disse que lutaria por toda a nação indígena e que iria resolver o problema da terra. Então, vamos ver de perto". (O Estado de S. Paulo, 12/2/83).



Menino Bakairi, do PI Santana

**Os Xokó-Kariri
contra Codevasf**

Os índios da tribo Xokó-Kariri, em Alagoas, reiniciaram mais uma luta contra a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - Codevasf, invadindo uma das propriedades desmembradas por aquele órgão e que, até agora, não foi habitada por nenhum colono. A área possui mais de 600 tarefas que por direito pertencem aos índios, que agora cercam tudo, armados de facão, peixeira e pedaços de pau, impedindo a entrada de estranhos. Os índios já pediram intervenção da Polícia Federal para garantir a posse da terra. (Folha da Tarde, São Paulo, 14/2/83).

Seita religiosa invade terras indígenas no Peru

O boletim Voz Indígena, da Associação Inter-étnica de Desenvolvimento da Selva Peruana publicou em seu nº 4, dois artigos sobre a invasão de terras de comunidades indígenas por membros de uma seita religiosa denominada "Israelitas do Novo Pacto Universal".

Não se trata, como se poderia imaginar à primeira vista, de uma expansão sionista em terras amazônicas. Segundo Voz Indígena, a maioria dos "irmãos" da seita - popularmente chamados de cunchis - é constituída por gente de condições humildes procedentes dos Andes, e que foram enganados "com a crença de que a selva peruana é o paraíso terrestre". O chefe dos "israelitas" é Ezequiel Ataucuzi, de Arequipa, um fazendeiro de 55 anos, mais ou menos. "Em nome dos 10 mandamentos de Deus, esse fazendeiro conseguiu astutamente instaurar um governo terreno, baseado na exploração quase feudal ou escrava dos membros da seita", diz o jornal, acrescentando: "O produto dos lotes agrícolas é dividido em pequena quantidade para a subsistência da família do "irmão" israelita e o resto vai para as arcas do "Espírito Santo"...

Durante as cerimônias religiosas, os "israelitas" sacrificam animais como touros, cabras, cordeiros etc. A seita tem uma bandeira própria, que é içada durante as cerimônias ao lado da bandeira peruana, e possui até um serviço de espionagem para vigiar seus membros, impedindo que eles se "desviem" ou fujam.

COMO É A INVASÃO

Os "israelitas" já invadiram as terras de diversas comunidades nativas, entre elas a de Santa Teresa, situada no Sira, rio Pachitea, distrito de Puerto Inca, e a comunidade de San-

ta Rosa de Chivis. A tática da invasão é sutil. De acordo com os artigos de Voz Indígena, eles tentam inicialmente convencer o chefe da comunidade de que a seita é a verdadeira religião, através da qual é possível ir para o céu. Depois de convencê-lo, passam a visitá-los insistentemente, inclusive aos sábados. Nesse dia eles realizam os cultos e obrigam a comunidade a construir a igreja. Quando a igreja fica pronta, pedem ao chefe da comunidade que lhes ceda um terreno para que possam viver perto da igreja, evitando assim ter de fazer longas caminhadas para os cultos. Então eles erguem as residências, montam a chácara e... A invasão vai sendo institucionalizada, pois depois de vários meses de pregação, os "israelitas" conseguem fazer discípulos na própria comunidade, escolhendo entre eles um pastor. Através desse pastor, impõem uma série de regulamentos que se chocam com as normas da comunidade, causando descontentamento e divisões entre os comuneiros.

INSPEÇÃO JUDICIAL

Por causa desses problemas, a Comunidade de Santa Teresa denunciou os "israelitas" à Justiça. Em outubro, o juiz de Paz Gustavo de Sousa, acompanhado por um cabo, esteve em Santa Teresa, onde constatou a veracidade da acusação. A Comunidade tem os títulos de propriedade de todos os terrenos invadidos. Os títulos são respaldados no artigo 163 da Constituição de 1979, que prevê a inalienabilidade das terras indígenas.

O veredito judicial, favorável à Comunidade de Santa Teresa, foi enviado à comarca de Pucallpa para que fosse providenciada a prisão do "irmão" Faustino Caquimarca Condori, principal responsável pelas invasões.

TERRA SIM - VIOLÊNCIA NÃO

Uma Semana para 365 dias

Que significam 200 mil pobres indivíduos, perdidos no oceano dos 120 milhões de habitantes deste País? Como fazer ouvir a voz dos minoritários povos indígenas, o seu grito por terra, liberdade, autodeterminação? Como amplificar os clamores de umas poucas dezenas de entidades, algumas centenas de pessoas comprometidas com a causa indígena?

Essas interrogações vêm preocupando, há muito tempo, indigenistas e missionários, que, no contato com o "mundo dos brancos", sentem a tentação do desânimo diante de tanta ignorância, desinformação e deformação sobre a realidade dos povos indígenas no Brasil.

A Semana do Índio, promovida pelo Cimi e patrocinada pela CNBB, a partir do ano passado, é uma das primeiras respostas organizadas, para mobilizar a opinião pública, comprometendo maiores segmentos da população brasileira com a luta pela sobrevivência física e cultural dos povos indígenas. Aproveitando as referências do 19 de Abril (Dia do Índio) e da Quaresma (Campanha da Fraternidade), pensou-se em organizar um "tempo forte" de conscientização sobre a situação dos povos indígenas, capaz de motivar cada vez mais a sustentação dessa causa que exige uma luta de 52 semanas por ano.

Assim, para 1982, o Conselho Permanente da CNBB aprovou, como tema da Semana do Índio, "Paz e Terra para os Povos Indígenas"; e, como lema, "O Índio, aquele que deve viver". O Cimi preparou o material, que foi editado em quatro diferentes cadernos: dois dirigidos aos estudantes, de 1º e 2º graus, am-



bos incluindo o texto-base e a liturgia; outro apenas com o texto-base e a liturgia, mais para uso de paróquias e comunidades eclesiais; e o quarto com todos os subsídios: texto-base, liturgia, programações didáticas para 1º e 2º graus e ainda subsídios para grupos de jovens. Além dos cadernos, o Cimi produziu um cartaz de divulgação da Semana e um mapa do Brasil com a localização dos povos indígenas e das missões religiosas.

A distribuição dos quatro cadernos deixou a desejar, valendo a experiência, para o ano seguinte. Mas, de qual-

quer forma, houve muita ressonância, e os resultados da Semana podem ser considerados bastante positivos. Muitas dioceses e prelazias assumiram decididamente a promoção da Semana; paróquias dos mais perdidos sertões multiplicaram o material, organizando grupos de reflexão e celebrando a liturgia; em escolas, particulares e públicas, os subsídios didáticos foram utilizados com grande proveito para alunos e professores.

O Secretariado Nacional do Cimi recebeu numerosa correspondência dos organismos eclesiais, de entidades leigas

e de pessoas que, em abril de 82, desencadearam a campanha por "Paz e Terra para os Povos Indígenas". Professores, como Silvana dos Santos, do Colégio Regina Mundi, em São Paulo, enviaram cópias dos trabalhos produzidos por seus alunos durante a Semana do Índio. Uma artista carioca, Kátia Bento, produziu e distribuiu 100 cartões postais com fotos de índios e o lema: "Índio, aquele que deve viver". Paróquias, como a de Santo Antônio de Pádua, em Oriximiná, Pará, organizaram uma programação intensiva para todos os dias da Semana, mobilizando todos os

segmentos da comunidade, e mandaram ao Cimi, depois, um pormenorizado relatório.

TERRA SIM - VIOLÊNCIA NÃO

Neste ano de 1983, a Semana do Índio segue mais de perto o tema da Campanha da Fraternidade, que é: "Fraternidade Sim - violência não". O secretário geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, explicou, na apresentação do caderno com os subsídios: "Para os povos indígenas, a terra não é apenas a fonte de sustento. É o chão cultural onde viveram e repousam seus antepassados, é o relicário de suas tradições religiosas e o lugar onde se entrelaçam os vínculos tribais e fraternos". Por isso, conclui Dom Luciano, "tirar o índio da terra é fazer-lhe violência. É lesar o âmago de sua identidade. E condená-lo à extinção".

Dois cadernos foram editados e estão sendo distribuídos este ano. Um com os subsídios completos: texto-base, temas para reuniões de grupos, subsídios para estudantes e liturgia. O outro é uma separata, contendo apenas os subsídios para estudantes. Foram produzidos também um cartaz da Semana e cartões postais (redução do cartaz). O mapa preparado em 1982 continua sendo distribuído.

Devido à maior antecedência com que foi preparado e está sendo distribuído o material, espera-se para a Semana do Índio deste ano um resultado ainda mais positivo. PORANTIM aproveita para convidar os leitores, desde já, para que enviem relatos da realização da Semana em suas comunidades e suas cidades.

ASSINE O JORNAL

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA.

PORANTIM é um jornal de informação, análise e denúncia, que surgiu há 5 anos, para apoiar a luta dos povos indígenas.

PORANTIM, publicação mensal do Conselho Indigenista Missionário/CIMI, significa em *sateré-maué* remo, arma, memória.

Estou enviando Vale Postal ou Cheque Nominal
para uma ASSINATURA ANUAL - Cr\$ 2.500,00
ASSINATURA DE APOIO - Cr\$ 4.000,00

em favor de
CIMI/PORANTIM - Caixa Postal 11.1159
70.070 - Brasília - DF

FAÇA 5 ASSINATURAS E GANHE UMA GRÁTIS

nome _____
end. _____
cep _____ cidade _____ est. _____

EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

ERRATA

Na edição passada, dois trechos do texto-base da Semana do Índio - (Terra sim - Violência não) saíram truncados. Ambos estão na página 10. Na segunda coluna, as duas primeiras linhas devem ir para o final da coluna; na quarta coluna, as duas primeiras linhas devem ser lidas como a 8ª e a 9ª linhas dessa mesma coluna

Leituras indigenistas

PORANTIM recomenda a seus leitores os seguintes livros:

História dos Povos Indígenas - 500 Anos de Luta no Brasil	Cr\$ 800
Textos Indigenistas (de Curt Nimuendaju)	Cr\$ 1.300
Waimiri Atroari (J.F. Carvalho)	Cr\$ 1.000
Em Defesa dos Povos Indígenas	Cr\$ 720
Precisamos um Chão	Cr\$ 510
Entre os Índios Múnky	Cr\$ 420
Educação Indígena e Alfabetização	Cr\$ 450
Igreja e Propriedade da Terra no Brasil (Vários Autores)	Cr\$ 450
Crônica das Casas de Caridade (Eduardo Hoornaert)	Cr\$ 620

Atendemos pedidos pelo Reembolso Postal

Adquira os subsídios para a Semana do Índio com antecedência

Todo o material preparado pelo Cimi, com o patrocínio da CNBB, para a Semana do Índio de 1983, pode ser adquirido pelo sistema de Reembolso Postal (o mesmo serve para os livros do anúncio ao lado. São os seguintes os subsídios, com os respectivos preços:

Texto integral (texto-base, subsídios didáticos, textos para grupos de reflexão, liturgia)	Cr\$ 200
Subsídios didáticos (separata ilustrada para uso em escolas)	Cr\$ 100
Cartaz da Semana do Índio 83	Cr\$ 20
Postal (11x15) do cartaz	Cr\$ 10
Mapa (colorido): Índios no Brasil e Presença Missionária	Cr\$ 100

Faça os pedidos para a Caixa Postal 11-1159. CEP: 70084 - BRASÍLIA-DF

O Cimi Norte II oferece também duas coleções de slides (O Índio, aquele que deve morrer; e O Índio, aquele que deve viver) - respectivamente com 81 e 74 slides. Cada coleção custa Cr\$ 6.000 e é acompanhada por uma fita cassete e um livrinho com o roteiro. Pedidos para: Caixa Postal 1359 - CEP: 66000 - BELEM - PA

